

FitoSíntese

A revista para quem pensa a agricultura.

Fito_Entrevista:

Paula Cruz
de Carvalho
Subdiretora-Geral
da DGA

Fito_Tema:

ESTUDO ANIPLA

Green Deal pode gerar perdas 330M€/ano na agricultura portuguesa

nº14

6

Fito_Notícias

13

Fito_Entrevista

Paula Cruz de Carvalho,
Subdiretora-Geral
da DGAV

17

Fito_Tema

ESTUDO ANIPLA

Green Deal pode gerar
perdas 330M€/ano
na agricultura
portuguesa

4

Fito_Factos

33

Fito_Global

Alimentos consumidos
na UE são seguros

35

In_Anipla

IV Jornadas de Homologação
de Produtos Fitofarmacêuticos

Ficha técnica

Propriedade: ANIPLA- Associação Nacional da Indústria para a Protecção das Plantas
Rua General Ferreira Martins Nº 10 – 6ªA 1495-137 Algés . Portugal
Tel.: +351 214 139 213 . e-mail: anipla@anipla.com

Diretor: António Lopes Dias

Coordenação Editorial: Mónica Onofre e Nélia Silva

Projeto Gráfico e Paginação: Musse Ecodesign

Estatuto Editorial

A FitoSíntese é uma publicação que visa divulgar a atividade da ANIPLA, as suas opiniões e posicionamento face a questões relevantes do sector fitofarmacêutico e da Agricultura em geral. A FitoSíntese pretende ainda dar a voz a entidades e/ou personalidades que tal como a ANIPLA Pensam a Agricultura como um sector de futuro.

A reprodução total ou parcial dos conteúdos publicados é expressamente proibida sem a autorização escrita da ANIPLA.

www.anipla.com



Editorial



A inovação e tecnologia na Agricultura, a Europa está no bom caminho?

A ANIPLA, assim como toda a indústria fitofarmacêutica europeia, apoia a ambição dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu e das suas Estratégias, que visam melhorar a produção e o consumo sustentável de alimentos com uma abordagem mais holística, e está comprometida com o desenvolvimento de tecnologias agrícolas sustentáveis, assegurando o seu papel na inovação, apoiando os agricultores e a produção de alimentos.

O uso de produtos fitofarmacêuticos é uma necessidade real, seja qual for o modo de produção, moderno, familiar, biológica e/ou mesmo para a proteção fitossanitária dos espaços naturais e urbanos; cada uma tem um papel fundamental e diverso: - na coesão territorial, na balança comercial ou no desenvolvimento económico, mas todas são estratégicas e dão um valioso contributo para um Desenvolvimento Sustentável do País.

Permitir que a inovação contribua para alcançar os objetivos da Estratégia do Prado ao Prato exigirá um ambiente regulamentar favorável, apoio direto aos agricultores e incentivos para garantir que as melhores tecnologias, que farão a diferença, possam ser desenvolvidas e implementadas o mais rapidamente possível.

A uma só voz e com um objetivo comum, o setor tem de ser capaz de influenciar na construção de políticas que se ajustem às reais necessidades da população europeia, devemos ambicionar uma legislação mais adequada às necessidades reais nacionais e europeias para um melhor desempenho na Proteção das culturas, e consequentemente no setor.

A história diz-nos claramente que o caminho a percorrer é não querer voltar ao passado, mas sim “acelerar a mudança” e analisar o papel crítico que tem a agricultura no desempenho e no apoio à mudança necessária para enfrentar a crise climática, proteger e restaurar a natureza.

A Ciência não para. A agricultura não para.

Orgulho-me de pertencer a uma classe de pessoas que tem um papel fundamental, colocar todos os dias alimentos na mesa de cada um de nós.

Sem Sanidade Vegetal não existem plantas, sem plantas não existe agricultura, sem agricultura não existem paisagens bucólicas e românticas, não existe turismo rural, não existe coesão territorial e por aí adiante, um contínuo de não existência, uma corrente de vida que deixará de existir. Dramático dirão, sim, mas real. Proteger as plantas significa proteger a Vida do Planeta.

Felisbela Torres de Campos
Presidente da ANIPLA

Fito_Factos

332 M€

perda anual estimada em cinco fileiras estratégicas da agricultura portuguesa, caso sejam retiradas do mercado um conjunto de mais de 80 substâncias ativas consideradas em risco de perder a autorização de utilização na Europa.

Estudo "O Impacto da Redução de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos na Produção Vegetal"

200 M€

perda anual estimada em exportações em cinco fileiras estratégicas da agricultura portuguesa, caso sejam retiradas do mercado um conjunto de mais de 80 substâncias ativas consideradas em risco de perder a autorização de utilização na Europa.

Estudo "O Impacto da Redução de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos na Produção Vegetal"

96,1%

dos alimentos na UE cumpre os limites legais de resíduos de produtos fitofarmacêuticos.
Relatório EFSA



53%

dos alimentos na UE não apresentam
resíduos de produtos fitofarmacêuticos.
[Relatório EFSA](#)

28%

das substâncias ativas aprovadas na UE são já
biopesticidas.
DGAV, in Fito Entrevista, FitoSíntese Julho 2021

8%

dos produtos fitofarmacêuticos
autorizados em Portugal são biopesticidas.
DGAV, in Fito Entrevista, FitoSíntese Julho
2021

2,2 kg

por cada hectare de superfície agrícola utilizável (SAU)
foram vendidos 2,2 kg de substâncias ativas de
produtos fitofarmacêuticos em Portugal no ano 2019.
[Estatísticas Agrícolas 2020, INE](#)

+5,8%

aumento das exportações nacionais de produtos agrícolas
e agroalimentares (exceto bebidas) em 2020, face 2019,
evidenciando a resiliência do setor agroalimentar em ano de
pandemia.
[Estatísticas Agrícolas 2020, INE](#)



Fito_Notícias



“Por uma alimentação consciente em Portugal” ANIPLA juntou-se ao Manifesto do Mundo Rural

18 organizações ligadas à Alimentação e ao Mundo Rural, entre as quais a ANIPLA, publicaram, no passado mês de maio, um [Manifesto](#) onde repudiam as inverdades sobre o setor agroalimentar e condenam a campanha de rumores sobre uma área de atividade que é indispensável, suporta a sustentabilidade ambiental de Portugal, alimenta os portugueses e é um dos maiores contribuintes para o equilíbrio da balança comercial do país.

Os signatários do Manifesto “Por uma alimentação consciente em Portugal” afirmam-se totalmente alinhados com a ambição de fornecer alimentos seguros, nutritivos e de alta qualidade com o mínimo de impacto ambiental e social, e consideram que são parte da solução para cumprir este desígnio.

«Defendemos que cada cidadão é livre de fazer as suas escolhas, nomeadamente as alimentares, mas

para que essa escolha seja efetivamente livre, o consumidor tem de ser informado, para que possa fazer uma opção consciente», lê-se no documento tornado público.

O Manifesto rebate as inverdades sobre as práticas agrícolas, pecuárias e agroindustriais e esclarece alguns pontos-chave sobre a atividade agropecuária e florestal em Portugal, os seus impactos e contributos:

- A agricultura é responsável unicamente por 10% das emissões nacionais de Gases com Efeito de Estufa.
- A agricultura é responsável por apenas 3% do consumo energético nacional.
- A pastorícia, através das suas pastagens, contribui para a diminuição do risco de fogos rurais.
- Numa década, Portugal reduziu o uso de fitofármacos em 43%, sendo o Estado-Membro da UE que apresenta uma maior redução da utilização destes produtos.
- Os produtos autorizados para a proteção das culturas estão sujeitos a processos de avaliação extremamente rigorosos.
- Em Portugal não há desflorestação para instalação de pastagens. As pastagens convivem com a floresta de montado e as pastagens permanentes ocupam 52% da Superfície Agrícola Utilizada.

- A carne nacional provém de animais que não utilizam promotores de crescimento.
- As explorações pecuárias nacionais cumprem as regras de bem-estar animal mais exigentes do mundo, por via da legislação europeia.
- 61% do efetivo bovino é criado em regime extensivo e 12% dos bovinos estabulados pastoreiam.

Estes setores de atividade contribuem para o bem-estar social do país e da economia portuguesa:

- Geram anualmente para a economia portuguesa 7,5 mil milhões de euros de exportações.
- Criam mais de 314.000 postos de trabalho diretos, ou seja, mais de 6% do emprego do país.

Por tudo isto e muito mais, da próxima vez que lhe tentarem passar a mensagem que os setores da pecuária, agricultura e agroalimentar são os “maus da fita” ou da próxima vez que comprar alimentos, pense! Questione-se! Escolha livremente e consuma português!

Signatários da iniciativa: ANEB, ANIL, ANIPLA, ANSEME, APED, APEZ, APIC, APIFVET, CAP, CIP/FIPA, CONFAFRI/FENAPECUARIA, FILPORC, FPAS, IACA, OMOV, PLATAFORMA SOCIEDADE ANIMAIS ●

ANIPLA participou na VIII Semana Hortícola do Oeste

Enquadrado na VIII Semana Hortícola do Oeste, o Diretor Executivo da Anipla, António Lopes Dias, foi orador no Painel – “Vamos Conhecer a Abóbora”, um webinar que teve lugar dia 27 de abril, onde apresentou uma comunicação sobre o tema “Potenciais impactos da implementação da estratégia ‘Do Prado ao Prato’ no rendimento da agricultura nacional”. No webinar também foram debatidas técnicas de produção de abóbora, a problemática da sua conservação e o tema da colocação no mercado dos produtos fitofarmacêuticos. A abóbora é a 3ª cultura hortícola em Portugal, com uma produção estimada em 121.058 toneladas e 5.090 hectares (INE, 2020). ●



ANIPLA dá aula na Pós-Graduação Agribusiness



A Anipla foi, pelo segundo ano consecutivo, convidada pela Consulai para fazer uma apresentação na 7ª edição da Pós-Graduação em Agribusiness, promovida pelo ISEL, ISA e a Consulai, na disciplina de Agricultura Sustentável.

Nesta apresentação foram explorados temas relacionados com a segurança alimentar e com os projetos de sustentabilidade desenvolvidos pela indústria de proteção das plantas em Portugal, como sejam o projeto TOPPS, a campanha Cultivar a Segurança, a quinta modelo Smart Farm e o Sistema Valorfito.

O grupo de 15 alunos era constituído, na sua maioria, por jovens formados e ligados profissionalmente ao setor agrícola, sendo os restantes alunos profissionais de outras áreas, que querem adquirir conhecimentos acerca do setor agroalimentar.

A apresentação foi muito participada, com diversas intervenções referentes à segurança alimentar dos bens produzidos na Europa, bem como algumas das boas práticas apresentadas na Smart Farm e no TOPPS, como sejam os sistemas de gestão de efluentes, local de preparação da calda e as estratégias de redução de deriva da pulverização. ●



João Cardoso (Gestor de Projetos da ANIPLA)

Código de Conduta na Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos

A Direção Geral de Alimentação e Veterinária publicou, no passado mês de março, o [Código de Conduta na Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos](#), elaborado em conjunto com a ANIPLA, CAP, CONFAGRI, CNA, AJAP e DRAPLVT.

Este código pretende apoiar os agricultores e outros utilizadores de produtos fitofarmacêuticos de utilização profissional na aplicação segura dos produtos em contexto agrícola, florestal e urbano. Embora seja de utilização voluntária, este Código de Conduta assenta em obrigações legais e recomendações de boas práticas para salvaguarda da saúde dos aplicadores e proteção dos recursos ambientais e naturais.

O Código de Conduta aborda de forma prática vários temas relacionados com o uso seguro dos produtos fitofarmacêuticos, tais como: a formação e certificação dos aplicadores, planeamento da aplicação, preparação e aplicação de caldas, manutenção e limpeza de equipamentos de aplicação, tripla lavagem, gestão de resíduos, armazenamento dos produtos, inspeção e manutenção de equipamentos de aplicação, aplicação em ambiente urbano, medidas de emergência, a prática da Proteção Integrada, entre outros. ●



CropLife Europe é novo nome da Associação Europeia de Proteção de Culturas



A Associação Europeia de Proteção de Culturas (ECPA) alterou, em janeiro passado, o seu nome e posicionamento com vista a uma maior abrangência das suas áreas de intervenção. Passou a designar-se [CropLife Europe](#) e alargou o espectro de atuação para além dos produtos fitofarmacêuticos convencionais a três áreas-chave:

- **Pesticidas e biopesticidas** utilizados em modelos de agricultura biológica, de conservação, agroflorestal e convencional;
- **Aplicações de precisão e digitais** que exigem a aplicação da quantidade mínima de produto, no local e momento certos;

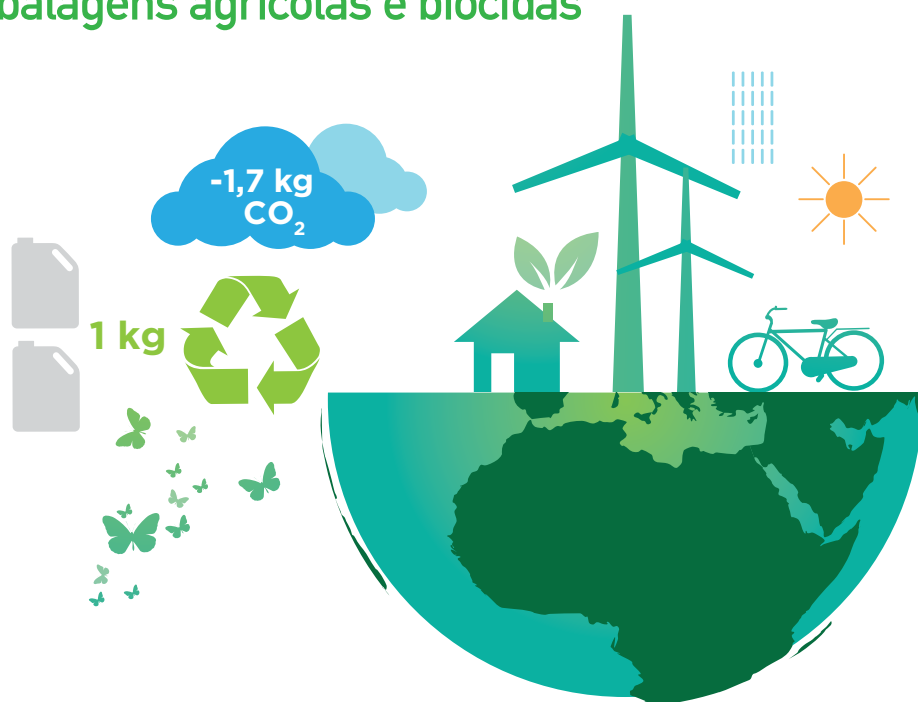
- **Investigação em biotecnologia das plantas**, que permitirá às culturas prosperar em condições mais difíceis, utilizando menos recursos e proporcionando maiores benefícios à dieta humana.

O lançamento da CropLife Europe surge como resposta a um apelo gradual que tem vindo a ser feito por decisores políticos da União Europeia e diferentes governos, com vista a um sistema agroalimentar cada vez mais consistente e sustentável.

A ANIPLA, membro da CropLife Europe, celebra esta evolução e espera que a mesma assegure a transi-

ção urgente e necessária para um sistema agroalimentar ainda mais sustentável. «Acreditamos que a produção de alimentos de forma sustentável e na quantidade necessária só se consegue com um aceleramento de novas e melhores soluções e práticas agrícolas, que combinem e ponham ao seu serviço as tecnologias existentes para produzir mais, com menos recursos», refere António Lopes Dias, Diretor Executivo da ANIPLA, acrescentando que «este tem sido um eixo prioritário em toda a estratégia de atuação da ANIPLA e no seu compromisso para com o ambiente, a sustentabilidade e a biodiversidade». ●

Valorfito aumenta para 44% a taxa de retoma de resíduos de embalagens agrícolas e biocidas



Em 2020, o Sistema Valorfito alcançou um resultado histórico: retomou para valorização 44% das embalagens de produtos fitofarmacêuticos, sementes e biocidas colocadas no mercado.

Num ano especialmente difícil como foi 2020, o Sistema Valorfito registou um crescimento de 28% face às recolhas de 2019, com um total de cerca de 500 toneladas de embalagens recolhidas. A taxa de retoma global subiu para 44%, cinco pontos percentuais acima de 2019.

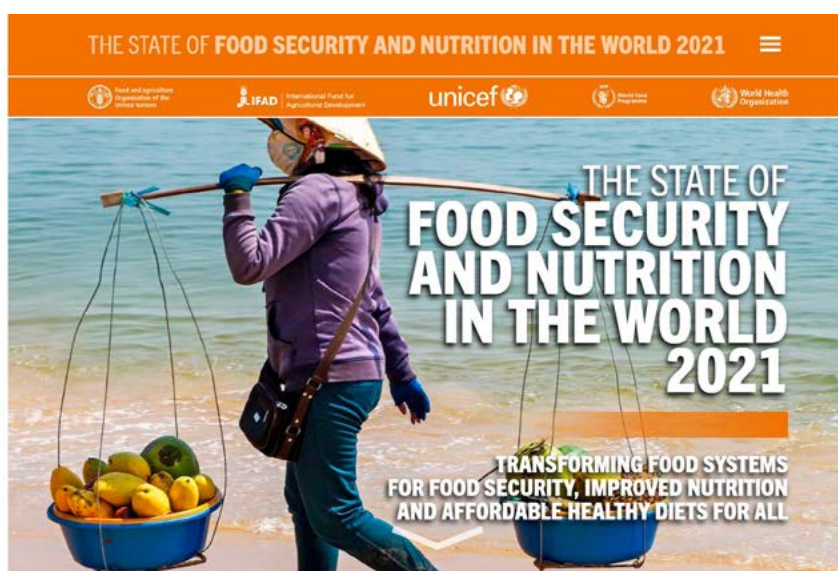
No setor dos **produtos fitofarmacêuticos** foram declaradas no Sistema mais 17,2% de embalagens, um valor face ao qual o Sistema Valorfito respondeu à altura, com um acréscimo de 26,2% destas embalagens recolhidas. Foi retomado um total de 452,930 toneladas, catapultando a taxa de retoma para perto dos 50%, valor absolutamente histórico.

No setor das **sementes** a taxa de retoma das embalagens (25,446 toneladas recolhidas) duplicou face à de 2019. Já o fluxo dos **biocidas** melhorou, com um crescimento modesto na taxa de retoma, que relembra a importância de reforçar a mensagem. ●

«Em 2020 o balanço é notável, com um reforço ímpar da nossa capacidade de recolha, chegando ao fim do ano com praticamente todos os pedidos de levantamento satisfeitos, num trabalho conjunto da gerência e equipa Valorfito, mas, sobretudo, fruto do empenho de todos os intervenientes no setor, nomeadamente os agricultores e pontos de retoma», afirma António Lopes Dias, António Lopes Dias, Diretor-Geral do Valorfito.

Com este histórico desempenho, o Valorfito contribuiu para reduzir as emissões de carbono em 735 toneladas de CO₂ eq., o que corresponde a 1876 barris de petróleo, já que por cada kg de resíduos se evitou a emissão de 1,7kg CO₂ eq., sendo este um valor relevante e que reflete o contributo fundamental do setor agrícola para o combate às alterações climáticas. ●

Fome no mundo aumenta em ano de pandemia



A fome no mundo agravou-se de forma preocupante em 2020, atingindo um décimo da população mundial, ou seja, cerca de 811 milhões de pessoas. O estudo multilateral “[O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo 2021](#)”, divulgado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a 12 de julho, revela que a fome disparou tanto em termos absolutos como relativos, superando o crescimento demográfico mundial: estima-se que no ano passado 9,9% da população mundial estava subnutrida, face a 8,4% em 2019. A OMS adianta que é provável que grande parte do aumento da subnutrição seja consequência da pandemia da Covid-19.

Mais de metade da população subnutrida (418 milhões de pessoas) vive na Ásia; mais de um terço (282 milhões) vive em África, e uma proporção menor (60 milhões) vive na América Latina e nas Caraíbas. No entanto, o aumento mais acentuado da fome foi registado em África, onde a prevalência estimada de sub-

nutrição (21% da população) é mais do dobro da de qualquer outra região.

Com base nas tendências atuais, este estudo estima que o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (Fome Zero até 2030) não será atingido por uma margem de quase 660 milhões de pessoas. Deste total, cerca de 30 milhões podem ser devidos aos efeitos da pandemia.

Os responsáveis de cinco organismos da ONU afirmam no prólogo do estudo que «o ano de 2021 é uma oportunidade única para promover a segurança alimentar e a nutrição através da transformação dos sistemas alimentares», apontando a Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares (em setembro) e a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações as Climáticas (em novembro) como eventos mundiais-chave para a tomada de decisões que possam reverter o aumento da fome no mundo. ●

Associações europeias pedem políticas imediatas sobre Novas Técnicas Genómicas



A Comissão Europeia (CE) publicou em abril um [estudo](#) sobre Novas Técnicas Genómicas (NTG), no qual defende que as NTG têm o potencial de contribuir para um sistema alimentar mais sustentável no âmbito dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu e da Estratégia do Prado ao Prato. Ao mesmo tempo, o estudo conclui que a atual legislação relativa aos OGM, adotada em 2001, não é adequada a estas tecnologias inovadoras. Em maio, várias associações (no total 24), entre as quais a CropLife Europe, de que a ANIPLA é associada, assinaram uma carta endereçada aos ministros do Conselho Europeu da Agricultura e Pescas (então presidido por Portugal), apelando a que sejam tomadas ações políticas imediatas com base no estudo da CE sobre NTG.

Na carta, as entidades apoiam as conclusões do estudo de que a atual legislação sobre OGM na União Europeia tem desafios de implementação óbvios e que já não é adequada às NTG e congratulam-se com a intenção da CE em iniciar a curto prazo uma ação política sobre as plantas derivadas da mutagénesis direcionada e cisgénesis. «*Esperamos que essa iniciativa política crie um ambiente mais favorável e de inovação para os produtos resultantes destes méto-*

dos de reprodução, mantendo ao mesmo tempo os elevados padrões de produção alimentar da União Europeia», referem as associações.

Para as 24 signatárias é necessário que a nova legislação tenha em conta os benefícios destas técnicas e dos produtos resultantes, assim como os desafios relacionados com as trocas comerciais no mundo, principalmente face à «*desvantagem competitiva (europeia) comparada com os seus homólogos num grupo de países cada vez maior com regulações mais permissivas*».

A CE anunciou que nos próximos meses será realizada uma avaliação de impacto, que incluirá uma consulta pública, a fim de explorar as opções estratégicas relativas à regulamentação dos vegetais derivados de determinadas NTG.

Estas novas técnicas de alteração do genoma dos vegetais permitem a obtenção de variedades resistentes a doenças e a determinadas condições ambientais, com características agrónomicas e nutricionais melhoradas, e plantas mais eficientes, reduzindo a necessidade do uso de fatores de produção para a agricultura. ●



Fito_entrevista

«As propostas legislativas devem ser sustentadas em estudos de impacto»



Paula Cruz de Carvalho,
Subdirectora-Geral da Direção-Geral
de Alimentação e Veterinária

Paula Cruz de Carvalho, Subdirectora-Geral da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, defende que as propostas legislativas para implementação das metas de redução do uso de produtos fitofarmacêuticos na UE devem ser «sustentadas em estudos de impacto e levar em consideração a realidade agrícola de cada Estado-membro».

Os biopesticidas, que já representam 28% das substâncias ativas aprovadas na UE, são um dos caminhos do futuro na proteção das plantas, mas a sua incorporação na produção agrícola exige o empenho da indústria e dos técnicos na formação dos agricultores, alerta a Subdirectora-Geral da DGAV.

A Fitossanidade esteve em destaque na agenda da Presidência Portuguesa do Conselho da UE. Que consensos/progressos foram alcançados nas reuniões com os parceiros europeus?

Os trabalhos da Presidência Portuguesa nas áreas da fitossanidade e das sementes foram muito intensos. Presidimos a 30 reuniões, onde tratámos não apenas de matérias internas da UE, mas também coordenámos as posições comuns e contribuimos com propostas para as agendas de reuniões de organizações internacionais. Estivemos, assim, fortemente envolvidos em reuniões da OCDE – Esquemas de certificação de semente, onde participam 61 países no Comité de Medidas Fitossanitárias da Convenção Internacional da Proteção das Plantas, com 180 países signatários e, pela primeira vez, foram também preparadas as posições comuns e acompanhada pela Presidência uma reunião da Organização Europeia e Mediterrânea da Proteção das Plantas, que conta com 52 países membros. Foram, assim, a nível internacional, aprovados ou revistos dezenas de novos standards e outros documentos, que regulam o comércio internacional de sementes, o movimento internacional de vegetais e produtos vegetais e também as atividades laboratoriais. Realçamos que todas as propostas da União Europeia apresentadas nestas reuniões foram aprovadas, algumas refletidas nas normas aprovadas e outras incluídas nos planos de trabalho daquelas organizações.

Foram, ainda, durante a nossa Presidência, apresentados, e amplamente debatidos, dois estudos, realizados pela Comissão Europeia, de enorme relevância para a definição das estratégias futuras da EU nos domínios das novas técnicas de melhoramento de plantas e do quadro legislativo das sementes e dos materiais de propagação de plantas.

Um dos temas prioritários foram os agentes de controlo biológico e, nesta matéria, conseguimos concretizar o nosso objetivo, tendo sido aprovada pelos ministros da agricultura de todos os Estados membros a Decisão (UE) 2021/1102 do Conselho, de 28 de junho de 2021, na qual se solicita à Comissão que

apresente um estudo sobre a situação e as opções da União no que diz respeito à introdução, avaliação, produção, comercialização e utilização de agentes de controlo biológico invertebrados no território da União e uma proposta, se for caso disso e tendo em conta os resultados do estudo. Para este tema, foi organizada uma conferência internacional e lançado um questionário aos Estados membros.

Promovemos também a discussão política de temas da fitossanidade nos Conselhos de ministros da Agricultura e participámos em diversas conferências internacionais, sendo de destacar as duas que foram organizadas em conjunto com a Comissão Europeia, na área do uso sustentável dos produtos fitofarmacêuticos e que tiveram particular sucesso.

A ambição da Comissão Europeia é reduzir o uso e o risco dos produtos fitofarmacêuticos em 50% na UE até 2030. Como será aplicada esta meta a Portugal?

A Comissão apresentou propostas de indicadores para a implementação do Pacto Ecológico Europeu, nos quais se incluem dois relacionados com os produtos fitofarmacêuticos (PF), com vista à redução em 50%, até 2030, do uso dos PF e do uso dos PF classificados como de maior risco. Tratam-se de propostas que terão de ser traduzidas em propostas legislativas e que deverão ser levadas à discussão. Temos defendido que as propostas legislativas devem ser sustentadas em estudos de impacto. Também defendemos que devem ser tidas em conta, para as metas globais, as realidades de cada Estado membro, as especificidades das culturas, a diversidade e a maior ou menor pressão de pragas. Em Portugal, as médias de vendas e de uso dos PF de maior risco já estão abaixo da média europeia. Para uma maior redução do uso de PF será necessário incrementar um conjunto de medidas de proteção fitossanitária, assente em fortes medidas de prevenção, que incluam várias técnicas substitutas ou complementares à luta química, fomentando a proteção integrada e a coordenação de aplicação de protocolos fitossanitários, para além da parcela ou da exploração agrícola.

«Devemos ser cautelosos nas decisões de retirada ou na imposição de restrições ao uso das substâncias ativas»

Um estudo da ANIPLA estima perdas anuais de 330 milhões de euros/ano na agricultura portuguesa caso sejam retiradas do mercado cerca de 80 substâncias ativas de proteção vegetal. Que reflexão lhe merecem as conclusões deste estudo?

Os impactos económicos da retirada de determinadas substâncias ativas podem, efetivamente, ser razão pela qual deveremos ser cautelosos nas decisões de retirada ou na imposição de restrições ao uso das substâncias ativas.

No entanto, não podemos ignorar a necessidade de investirmos em novos produtos, como os biopesticidas ou os agentes de controlo biológico, setores que têm tido um importante crescimento nos últimos anos, sendo para isso fundamental ter incentivos à investigação. De igual forma, não podemos perder oportunidade de aplicação e uso de novas tecnologias, designadamente no que diz respeito à agricultura de precisão ou a novas técnicas genómicas, que podem oferecer aos agricultores variedades vegetais mais resistentes a pragas e doenças.

«Em Portugal as médias de vendas e de uso dos produtos fitofarmacêuticos de maior risco já estão abaixo da média europeia»



Os biopesticidas farão cada vez mais parte da caixa de ferramentas dos agricultores para proteger as culturas. Quantos destes produtos estão autorizados em Portugal? Quais são por categorias/tipos? Que % representam face ao total de fitofármacos?

No universo de 456 substâncias ativas aprovadas na UE, cerca de 28% são já biopesticidas e, das 61 substâncias ativas que se encontram em avaliação, cerca de metade são biopesticidas, que são a grande maioria de micro-organismos, o que mostra a evolução crescente da importância destas substâncias. Aproximadamente 8% (116 produtos autorizados) dos produtos fitofarmacêuticos presentemente autorizados em Portugal são biopesticidas, contendo extratos de plantas, feromonas e micro-organismos incluindo vírus. Destes, a maior fatia está também representada por micro-organismos.

«Os alimentos produzidos na UE são na sua grande generalidade muito seguros»

Está prevista uma revisão da legislação europeia sobre biopesticidas ainda em 2021. O que mudará? E com que consequências para a indústria e os agricultores?

Não existe legislação europeia sobre biopesticidas em particular. Este grupo de produtos fitofarmacêuticos está enquadrado no Regulamento (CE) N° 1107/2009, que regula a colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos e que não se encontra em revisão. Não obstante, encontra-se em atualização o seu Anexo B, relativo às exigências e princípios de avaliação associados a micro-organismos, bem como a lista de protocolos de ensaio e documentos orientadores de avaliação deste grupo de produtos fitofarmacêuticos.

O desenvolvimento e a colocação no mercado de biopesticidas não deixa de ser um desafio para a indústria, para as autoridades reguladoras e para o agricultor, dado que têm efetivamente grande especificidade e exigências, incluindo ao nível da sua avaliação. Da mesma forma, a utilização de biopesticidas exige conhecimento detalhado do seu modo de ação e condições ótimas de atuação, pelo que a incorporação deste tipo de produtos na prática fitossanitária é relativamente lenta, dado que requerem uma aprendizagem por parte do agricultor sobre as condições edafo-climáticas, biológicas e fitossanitárias mais favoráveis para a sua utilização mais eficaz, mas deverão cada vez mais ser vistos como ferramentas substitutas ou complementares aos demais produtos.

No panorama atual, de progressiva retirada de substâncias químicas do mercado e ambições comunitárias, visando uma agricultura mais “verde”, estes produtos terão, de facto, de ser incorporados na caixa de ferramentas dos agricultores e, para isso, a indústria, e também os serviços técnicos de aconselhamento, têm um papel importante na sensibilização, formação e apoio à sua incorporação na produção agrícola.

O relatório da ESFA sobre resíduos de pesticidas conclui que 96% das amostras de alimentos analisadas em 2019 cumprem os LMRs. É uma boa notícia? Como compara com anos anteriores? E em Portugal, qual é a situação?

Sim, é uma boa notícia. De facto, os alimentos produzidos na UE são, na sua grande generalidade, muito seguros e comprova-se essa segurança por planos de controlo oficiais, como é o caso dos planos de controlo de resíduos de pesticidas. O relatório da EFSA, referente ao ano de 2019, mostra que 96,1% do total das 96.302 amostras analisadas não continha ou tinham resíduos abaixo do limite máximo de resíduos (LMR) estabelecidos, e que 3,9% das amostras continham resíduos de pesticidas acima dos respetivos LMR. No que respeita o plano de controlo nacional, o mesmo abrange, além de amostras de vegetais de produção nacional, o controlo à importação nos postos de controlo de fronteira e vegetais oriundos de outros Estados membros. No total das amostras analisadas em 2019 no plano nacional, metade não apresentaram presença de resíduos, sendo que ocorreram 43 infrações aos limites máximos de resíduos, o que correspondeu a uma taxa de 4,41%. Considerando apenas a produção nacional, foram registadas 21 infrações, o que representa 2,8% do total. No entanto, a “excedência” do LMR não é sinónimo de risco para o consumidor e o número de amostras identificadas como constituindo de risco é muito reduzido, quer a nível nacional, quer em termos globais na UE. ●

116

Nº de biopesticidas autorizados em Portugal



Fito_tema

Estudo ANIPLA

Green Deal pode gerar perdas 330M€/ano na agricultura portuguesa

Caso sejam retiradas da UE mais de 80 substâncias ativas de produtos fitofarmacêuticos em risco de exclusão, a agricultura portuguesa será gravemente penalizada. Um estudo de impacto económico, realizado pela AGRO.GES para a ANIPLA, estima perdas de 7% da receita agrícola nacional e a inviabilidade total das culturas do milho-grão e do tomate Indústria.



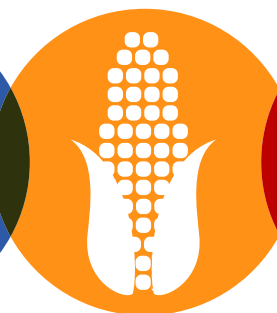
OLIVAL



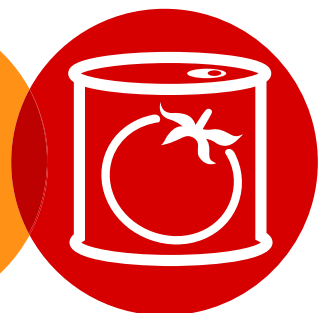
PÊRA-ROCHA



VINHA
PARA VINHO



MILHO



TOMATE
DE INDÚSTRIA

O estudo [“O Impacto da Redução de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos na Produção Vegetal”](#), apresentado no passado mês de Abril pela ANIPLA, analisou cinco fileiras-chave da agricultura nacional - vinha para vinho, olival para azeite, pera Rocha, milho-grão e tomate para indústria -, medindo as repercussões económicas da retirada de um conjunto de mais de 80 substâncias ativas (s.a.) consideradas em risco de perder a autorização de utilização na Europa.

Na origem do estudo está a intenção assumida pela União Europeia de reduzir a utilização de produtos fitofarmacêuticos em 50% até ao ano 2030, no quadro da estratégia do Prado ao Prato e do Green Deal (Pacto Ecológico Europeu), documentos emanados da Comissão Europeia e que vão orientar a Política Agrícola Comum nos próximos anos.

O trabalho realizado pela Agro.Ges permite estimar perdas muito importantes em todas as fileiras: as

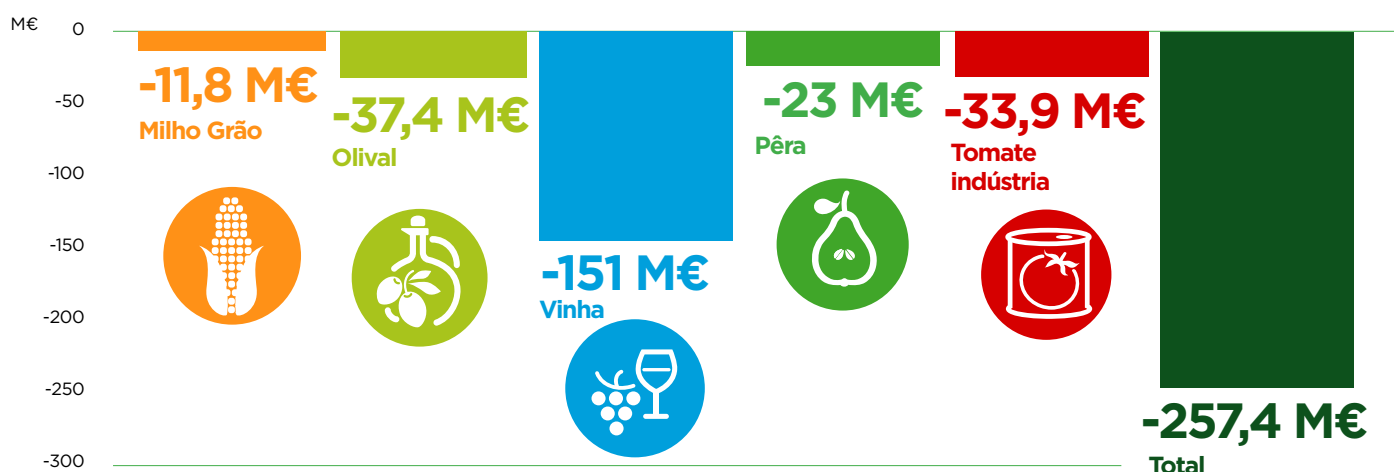
do milho-grão e do tomate de indústria perderão a viabilidade económica por completo, enquanto nas restantes se estimam impactos económicos muito relevantes.

O valor estimado para a perda de margem bruta (MB) é de cerca de 257 milhões de euros anuais e, considerando apenas a receita perdida nestas cinco fileiras, as estimativas apontam para uma perda anual de cerca de 333 milhões de euros. Estes valores representam perdas de 9% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) anual da agricultura e 7% do rendimento anual total gerado pela produção vegetal no mesmo ano, respetivamente.

De notar que o impacto económico de perda de 257M€ em MB resulta do somatório das três fileiras que se mantêm em produção, vinha, olival e pera e, adicionalmente, da totalidade da margem bruta atualmente gerada pelas duas fileiras que deixam de ser viáveis e, por isso, deixam de existir.

As 5 fileiras-chave perdem 257 M€ de margem bruta

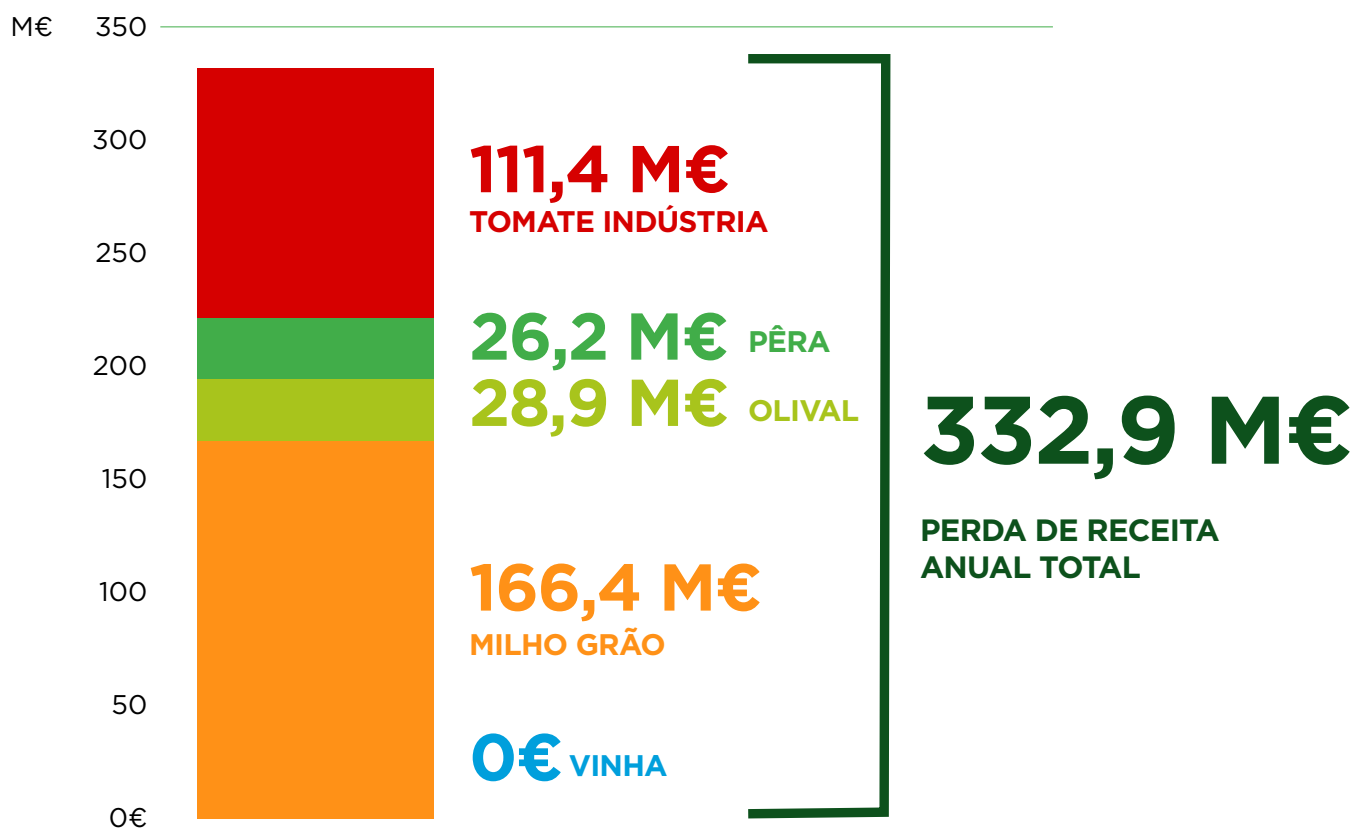
CENÁRIO DE VARIAÇÃO DAS MARGENS BRUTAS, EM TERMOS NACIONAIS, PARA AS VÁRIAS FILEIRAS (*)



(*) considerando que as culturas não viáveis são abandonadas

A agricultura portuguesa perde 333 M€/ano

PERDA DE RECEITA ANUAL POR CULTURA E TOTAL



Particularmente no caso da vinha para produção de vinho, as perdas ocorrem não pela perda de produtividade, uma vez que existem produtos alternativos para os inimigos das culturas a combater que não são considerados em risco de retirada do mercado, mas sim pelo elevadíssimo aumento de custos. O custo das alternativas e, em alguns casos, o aumento das necessidades de aplicação são, assim, os responsáveis pela quebra na rentabilidade.

Quanto ao olival o efeito é manifestamente diferente entre os olivais modernos, regados e explorados em sebe ou em copa, e os tradicionais, mais robustos e menos produtivos. Se no caso dos últimos o impacto é nulo (ou reduzido), no caso dos olivais modernos o impacto é substancial, tanto pela via do aumento dos custos de operação, como pela redução da quantidade e valor da produção.

Os autores do estudo alertam para «as dificuldades económicas esperadas para cerca de 549 mil hectares, atualmente ocupados por três fileiras – vinha,

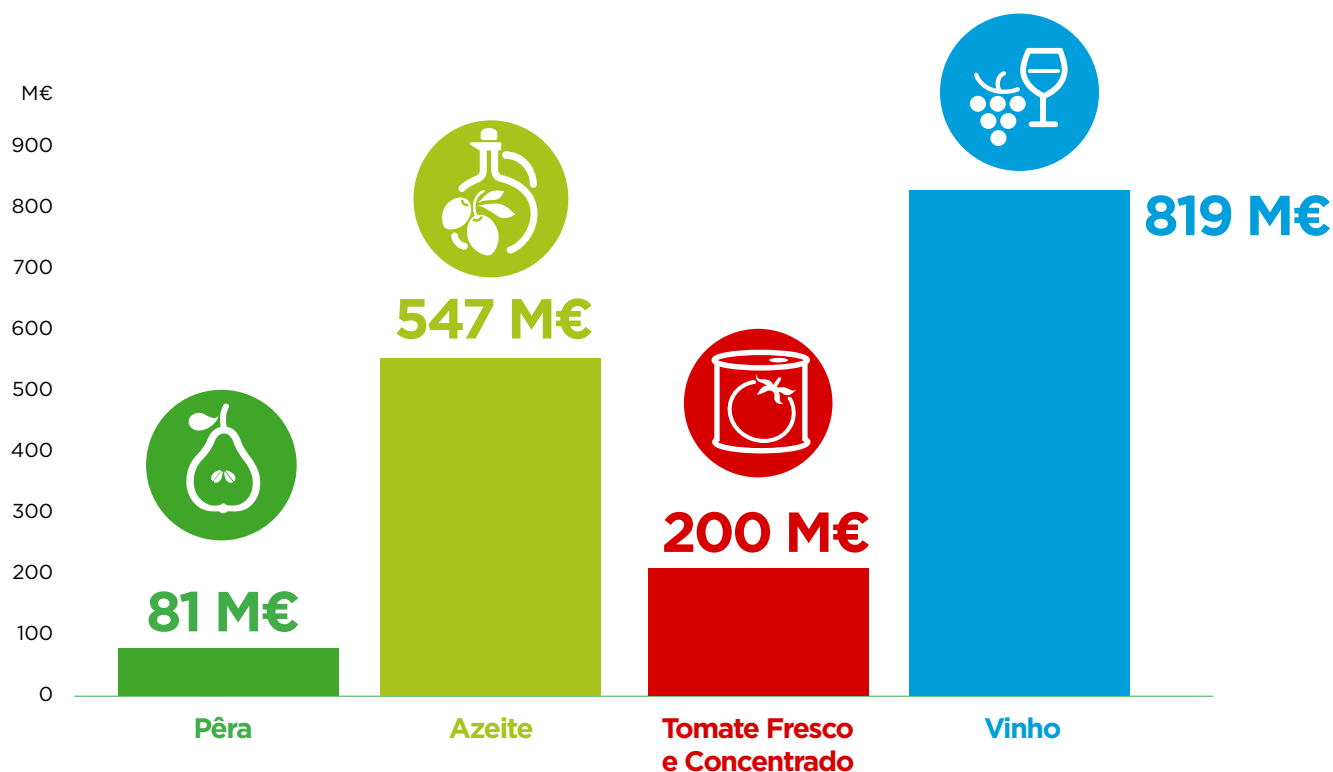
olival e pera Rocha- que geram riqueza, emprego e alimento».

Quanto às duas fileiras que deixam de ser economicamente viáveis – milho-gão e tomate para indústria – os autores indicam que, no caso do milho, «o impacto mais provável será o da substituição por importações, provavelmente de origens onde certamente não existe um nível de restrições na aplicação de fitofármacos semelhante ao da UE». Isto num cenário em que Portugal luta para aumentar o grau de autoaprovisionamento em cereais, um dos mais baixos da Europa.

No caso do tomate para indústria, onde Portugal tem atualmente uma posição importante à escala mundial como exportador de concentrado, além da perda de valor acrescentado para a economia nacional, há ainda a considerar «o efeito de substituição com produtos sem as mesmas garantias de segurança alimentar e respeito pelo meio ambiente».

Estudo estima perdas de 200 M€/ano em exportações

VALOR DE EXPORTAÇÕES DOS PRODUTOS QUE TÊM ORIGEM NAS CULTURAS ALVO DE ESTUDO



O perigo que a agricultura portuguesa enfrenta pela ameaça à sua competitividade e, conseqüentemente significativo impacto económico e social, é real e muito sério, pondo em causa a segurança alimentar decorrente da redução da nossa soberania alimentar.

António Lopes Dias, Diretor Executivo da ANIPLA, recorda que «as culturas analisadas no estudo representam apenas 1/3 da produção vegetal em Portugal, pelo que o impacto (da retirada das s.a.) poderá ser muito maior».

«Aquilo que nos preocupa é o verdadeiro paradoxo entre a realidade do setor e as metas definidas pela Comissão Europeia, assim como a ausência de base científica para a proposta de reduzir em 50% o uso destas substâncias. Como é que chegamos a esta percentagem?», questiona.

«A indústria aceita, compreende e abraça os propósitos da estratégia, queremos é ter certezas, métodos viáveis e estratégias adaptadas a cada Estado-Membro, numa conversa aberta, em que todas as metas e decisões sejam estabelecidas com base num fator fundamental: a Ciência», conclui António Lopes Dias. ●

O impacto do Green Deal na produção vegetal

ANIPLA apresentou estudo em webinar com 270 participantes

A ANIPLA apresentou o estudo “O Impacto da Redução de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos na Produção Vegetal” num webinar, a 14 de Abril. Agricultores e grande distribuição mostram-se preocupados com as conclusões do estudo e apelam a uma transição ecológica da agricultura mais gradual, realista e baseada na Ciência.



Miguel Vieira Lopes da empresa Agro.Ges apresentou o estudo e Luís Ribeiro, jornalista da revista 'Visão', moderou o debate onde participaram representantes da indústria de proteção das plantas, das cinco fileiras agrícolas alvo do estudo e da APED - Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição.

Cristina Rosa, Granfer

«A UE está a colocar em risco a produção de alimentos»

Cristina Rosa, em representação da Granfer, uma das principais empresas de produção de pera Rocha, considera que *«a UE está a colocar em risco a produção de alimentos e pode estar a encaminhá-la para países terceiros»* ao adotar a Estratégia do Prado ao Prato. Perder um número significativo de s.a., que neste momento já é reduzido, *«preocupa-nos imenso, pela perda de famílias químicas para alternância nos tratamentos, num cenário de emergência de novas pragas e doenças»*.

Perante as conclusões do estudo, que estima a perda de 26 M€ de receitas no setor da pera Rocha, esta engenheira agrónoma afirma: *«se não mantivermos um volume de produção que nos permita ser competitivos, poderemos perder o trabalho das últimas décadas, em que nos tornámos auto-suficientes em peras, exportando além disso mais de 50% da produção nacional»*.

O caminho da sustentabilidade é fundamental, mas terá de ser percorrido com mais equilíbrio e maior realismo. *«A velocidade que a CE nos quer impor para os próximos dez anos vai prejudicar as conquistas alcançadas pelo setor da pera Rocha, um setor eficiente no uso dos recursos e uma referência a nível de segurança alimentar»*, conclui.

Frederico Falcão, ViniPortugal

«Falta razoabilidade e gradualismo na Estratégia do Prado ao Prato»

O setor dos vinhos fixa pessoas no território e gera 819M€ por ano em exportações. As conclusões do estudo preocupam o presidente da ViniPortugal: *«medidas como esta (Estratégia do Prado ao Prato) põem em risco de forma gravosa a produtividade por hectare. Necessariamente vai trazer grandes problemas ao setor vitivinícola, baixando a produção de vinho e pondo em causa as exportações nacionais»*, afirma Frederico Falcão.

Considerando a realidade do setor vitivinícola no Centro e Norte do país, caracterizado pelo minifúndio, idade avançada e baixo nível de escolaridade dos viticultores, o presidente da ViniPortugal antevê graves consequências económicas e sociais: *«é muito complicado de repente retirarmos a estes viticultores as s.a. que conhecem e os meios que têm para combater as pragas e doenças da vinha, sem lhes criar grandes alternativas, novas soluções (...) muitos deles vão abandonar a vinha»*.

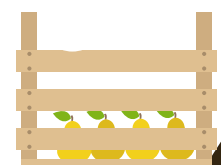
Em seu entender *«falta razoabilidade e gradualismo de adaptação»* na estratégia Do Prado ao Prato e é necessária uma transição *«com formação aos agricultores e a criação de alternativas»*, tendo em mente as três vertentes da sustentabilidade: ambiental, económica e social.

João Coimbra, Quinta da Cholda

«Nem os agricultores mais competitivos aguentam esta velocidade»

Os cereais estão a desaparecer do país, o autoaprovisionamento em trigo é praticamente nulo e a produção de milho tem vindo a baixar desde 2015, produzimos apenas 40% do milho que consumimos. Este cenário obriga o país a fazer escolhas: *«ou importarmos tudo o consumimos ou então temos que dar as ferramentas a quem quer produzir»*, afirma João Coimbra, sócio-gerente da Quinta da Cholda, uma referência na cultura do milho em Portugal. A UE tem dos mais elevados padrões de segurança alimentar do mundo e a vontade de ir mais além é positiva, mas é necessário tempo para estudar alternativas aos fitofármacos convencionais e vontade política para autorizar as tecnologias que permitem reduzir o seu uso. *«Deem-nos tempo para nos adaptarmos, pois com esta velocidade nem os agricultores mais competitivos têm hipótese de aguentar»*, reconhece.

Na opinião deste agricultor, é uma questão de escolha: *«a produção de milho vai desaparecer se retirarmos do mercado os produtos fitofarmacêuticos sem dar tempo a que surjam alternativas. Nesse caso vamos ter que importar 100% do que consumimos. Mas será que o milho importado tem mais qualidade que o nosso?»*, questiona.



Tiago Costa, Sogepoc

«As decisões não podem ser tomadas sem fundamento na Ciência»

Portugal está no top dez dos produtores mundiais de concentrado de tomate, exporta 90% da produção e afirma-se no mercado internacional por via da qualidade do produto e da competitividade dos custos da cultura. O retrato traçado por Tiago Costa, CEO de negócio agrícola no grupo Sogepoc, recorda a importância desta fileira na economia do país (200M€ em exportações).

«Todos nós estamos a apostar na mudança para nos tornarmos mais sustentáveis, estamos de acordo neste propósito, mas as decisões não podem ser tomadas de forma tão abrupta e sem qualquer fundamento na Ciência», defende este responsável em representação do maior grupo nacional de produção e transformação de tomate indústria.

Gonçalo Lobo Xavier, APED

«Bruxelas está a decidir por nós e está a decidir mal»

Gonçalo Lobo Xavier, Diretor-Geral da APED-Asociação Portuguesa de Empresas de Distribuição, manifesta-se preocupado com as conclusões do estudo da ANIPLA. *«A Comissão Europeia está a impor metas que não são exequíveis e que no final do dia vão ter consequências absolutamente catastróficas para a economia, o emprego e a sustentabilidade ambiental. Mais importações significarão mais emissões de carbono, logo maior pegada ecológica. Bruxelas está a decidir por nós e está a decidir mal»*, afirma o representante da grande distribuição, apelando à ANIPLA e à CAP para que *«defendam a agricultura nacional junto dos decisores nacionais e europeus»*.

Felisbela Torres de Campos, ANIPLA

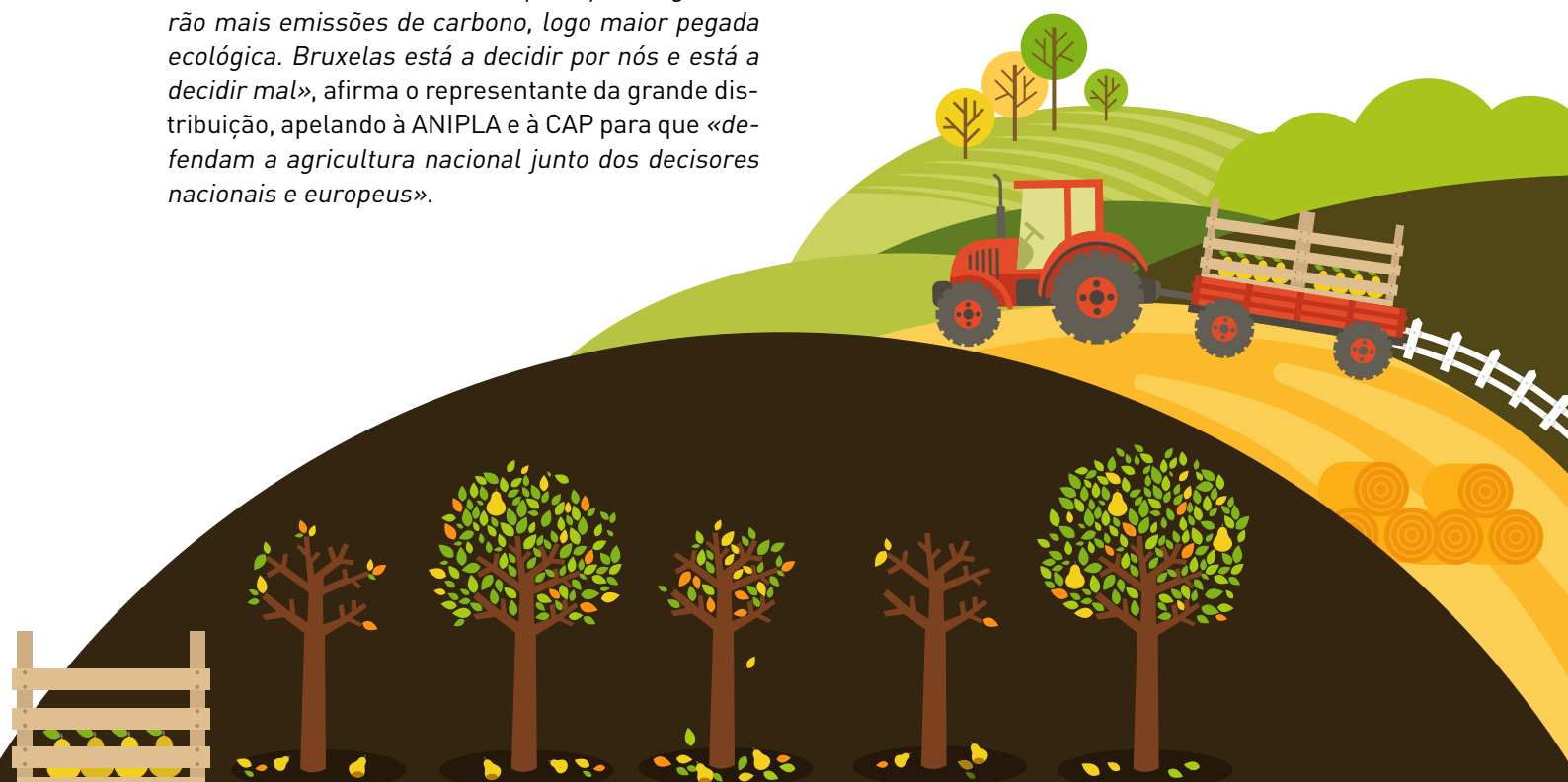
«O nosso objetivo é ser mais eficientes com a ajuda da Ciência»

Felisbela Torres de Campos, Presidente da ANIPLA, abriu o webinar com um apelo: *«o desafio de todo o setor agrícola é conseguir comunicar de forma clara e transparente a forma como se produzem os alimentos»*, afirmando que *«o nosso objetivo é sermos mais eficientes com as soluções e ferramentas de que dispomos atualmente e com a ajuda da Ciência no desenvolvimento de novas ferramentas que ajudem o setor a ser mais competitivo e resiliente às alterações climáticas, capaz de produzir alimentos para uma população crescente sem utilizar mais recursos do Planeta»*.

Luís Antunes, ANIPLA

«O futuro da agricultura está na inovação e na transformação digital»

Luís Antunes, Diretor da ANIPLA, encerrou o debate concluindo que a sustentabilidade só é viável se for complementada com inovação e transformação digital. Inovação que está no ADN da indústria, nomeadamente, com a introdução de soluções de base biológica para proteção das plantas, mas que exigem por parte dos reguladores europeus maior celeridade nos processos de avaliação e registo. Transformação digital é a chave da agricultura de precisão, uma via fundamental para reduzir o impacto dos produtos fitofarmacêuticos no meio ambiente e para produzir mais alimentos usando menos recursos (água e solo). ●



As reações dos agricultores ao estudo da ANIPLA

Ouvimos confederações e associações de agricultores e registamos as suas opiniões sobre o Impacto da Redução de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos na Produção Vegetal e os desafios que as cinco fileiras agrícolas alvo do estudo enfrentam na proteção das culturas em cenário de alterações climáticas.



«O sentimento dos agricultores é de incompreensão com este tipo de medidas»

Eduardo Oliveira e Sousa, Presidente da CAP-Confederação dos Agricultores de Portugal

Com que sentimento acolhe as conclusões deste estudo?

Em primeiro lugar, é importante referir que nesta matéria é mais relevante avaliar a relação das substâncias com o meio ambiente e os seus reais impactos, do que fazer reduções em número de toneladas aplicadas, de forma cega, apenas para que os responsáveis políticos apresentem resultados estatísticos, que na prática poderão não ter efeitos ambientais relevantes.

Este estudo chama a atenção para perdas muito significativas, que poderão, de facto, ter consequências graves para a produção agrícola e para a economia como um todo, resultantes de medidas que carecem de fundamentação científica e que surgem na sequência de campanhas de desinformação, provenientes de movimentos ambientalistas cuja agenda de atuação se fundamenta

em aspetos ideológicos, mais do que na defesa do ambiente propriamente dita. Acrescente-se ainda que os produtos que são hoje maioritariamente utilizados, devido à evolução tecnológica e científica das empresas que os produzem, não têm o mesmo impacto nos recursos naturais do que outrora. A ciência evoluiu muitíssimo nos últimos anos.

O sentimento dos agricultores é, portanto, de incompreensão relativamente a este tipo de medidas, particularmente num momento em que a generalidade dos observadores e dos analistas, começando pela própria Organização das Nações Unidas, convergem na necessidade de aumentar exponencialmente a produção de alimentos, para fazer face ao esperado crescimento da população mundial – o que objetivamente não é possível sem medidas fitofarmacêuticas de proteção das culturas.

O que deve ser feito para evitar que este potencial cenário se torne uma realidade?

Teremos necessariamente de ser incansáveis no esclarecimento da opinião pública, tanto dos legisladores quanto dos cidadãos em geral, acerca destas matérias, desmistificando uma questão que deve ser debatida do ponto de vista científico e não de acordo com motivações ideológicas.

O caminho da sustentabilidade, quer económica

quer ambiental, que aliás já é prosseguida pelos agricultores, até pelo seu próprio interesse em preservar o que são os seus meios de subsistência, passa pela digitalização, pela robotização e pela biotecnologia, racionalizando as técnicas e a gestão de todos os fatores de produção. Assim, tal como a solução para a pandemia que atravessamos passa pela ciência e pelas vacinas, também a proteção das plantas depende da ciência e é nela que devemos encontrar base de sustentação.



«A ausência de alternativas para as substâncias ativas em risco promoverá o aparecimento de problemas ambientais»

Francisco Silva, Secretário-Geral da CONFAGRI
Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas
e do Crédito Agrícola de Portugal

Com que sentimento acolhe as conclusões deste estudo?

Com uma enorme apreensão sobre a sustentabilidade das fileiras agroalimentares nacionais. Este estudo vem confirmar que os objetivos da Estratégia do Prado ao Prato terão um impacto económico muito significativo em importantes fileiras agrícolas, podendo mesmo comprometer a viabilidade económica de alguns setores. A ausência de alternativas viáveis para as substâncias ativas que se encontram em risco de desaparecer promoverá o aparecimento de problemas de natureza ambiental, passando a existir pragas que não terão qualquer controlo ou situações em que o uso repetitivo das substâncias ativas poderá determinar o aparecimento de fenó-

menos de resistências e perdas de eficácia. Estas questões de natureza económica e ambiental poderão criar graves problemas com impactos na coesão territorial.

O que deve ser feito para evitar que este potencial cenário se torne uma realidade?

É fundamental a realização de mais estudos que demonstrem os impactos negativos destas propostas na agricultura europeia, de modo a sensibilizar a opinião pública, as entidades públicas envolvidas e o poder político a nível nacional e europeu.



«Seria um erro colossal para a UE agravar a dualidade de critérios entre os produtos alimentares UE e não UE»

Gonçalo Almeida Simões, Diretor Executivo da Olivum - Associação de Olivicultores do Sul

Com que sentimento acolhe as conclusões deste estudo?

Tendo em conta que o estudo refere poder haver perdas anuais de 330 milhões de euros na agricultura portuguesa, nas cinco principais fileiras estratégicas com um potencial de perda de 28,9 M€/ano no setor do olival, há razões de grande inquietação. Uma estratégia europeia da dimensão do Green Deal e do Prado ao Prato, não se pode ficar pela mensagem política ou dimensão aspiracional. Os estudos de impacto para a economia europeia são preocupantes e, por isso, cabe à Comissão Europeia propor alternativas exequíveis para que o setor agroalimentar europeu e português continuem a operar num clima de normalidade. Não é de todo desejável que assistamos a disrupções abruptas que conduzam a uma falta de competitividade do setor agroalimentar português a nível mundial, nem tão pouco que deixemos de contribuir para os objetivos de autossuficiência alimentar de Portugal.

Quais são as principais preocupações dos olivicultores representados na Olivum quanto aos meios disponíveis para controlar pragas e doenças e os desafios decorrentes das metas da Estratégia do Prado ao Prato?

A preocupação principal é a falta de alternativas atuais para a retirada de alguns fitofármacos do mercado. Não podemos esquecer que a UE tem os standards ambientais mais exigentes do mundo, nomeadamente ao nível da PAC. Temos a garantia que o azeite produzido é o mais sustentável à escala planetária e que *a contrario* tudo o que não seja produzido na UE é seguramente menos sustentável.

Sabemos também que em termos de aprovação de novos fitofármacos temos um processo muito exigente que decorre a nível europeu. Para a aprovação de novas substâncias ativas o processo dura em média três anos e meio com intervenção da Comissão Europeia, EMSA, EM e empresas. O processo de renovação das autorizações tem que começar três anos antes da data de expiração das substâncias ativas. Tendo em conta o grau de exigência, não estamos certamente a falar de segurança alimentar no sentido do *food safety*, mas sim de metas políticas que têm que ser ponderadas, assegurando um *soft landing*.

Os setores exportadores europeus são tendencialmente os setores com melhor performance em termos de exigências de sustentabilidade ambiental, pois têm que respeitar os standards europeus e ainda adaptar-se aos standards exigidos por cada um dos mercados para onde exportam.

Seria um erro colossal para a UE agravar, por via de exigências adicionais, a dualidade de critérios entre os produtos alimentares UE e não UE, questão que até hoje persiste sem que tenha sido resolvida. Se o setor agroalimentar europeu e português sair enfraquecido, estaremos perante a deslocalização da produção alimentar europeia e aí há também a ameaça de *dumping* ambiental e social para os países menos desenvolvidos e com standards ambientais e sociais inferiores à UE.

Consideramos que as decisões que se aproximam ficarão para a história daquilo que será a produção europeia alimentar num futuro próximo e, por isso, o grau de responsabilidade do decisor político é muito alto.





«Atendendo à especificidade do olival transmontano, a retirada de substâncias ativas é extremamente preocupante»

Francisco Pavão, APPITAD- Associação dos Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro



Com que sentimento acolhe as conclusões deste estudo?

Ano após ano são retiradas substâncias ativas do mercado, que têm vindo a ser substituídas por outras menos perigosas. O que preocupa o setor é que, com o objetivo de ser atingida a meta da redução de 50% das substâncias ativas do uso de produtos fitofarmacêuticos, possam vir a ser retirados produtos sem que exista qualquer fundamento científico para tal facto. A decisão de retirada de mercado deverá ser unicamente técnico-científica e não política.

Existem ainda bastante dúvidas por esclarecer no que concerne a esta situação, nomeadamente:

- Ano de referência (ponto de partida)?
- Os 50% é meta para a União Europeia, país, região, por substância ativa e/ou por classe de produto?

Vivemos atualmente num contexto de alterações climáticas, que potencia condições para a ocorrência de pragas e/ou doenças, cujo controlo exige a disponibilidade de produtos fitofarmacêuticos, para que, de uma forma racional, responsável e segura, se garanta ao agricultor um rendimento e produções sustentáveis.

Esta possível retirada de substâncias ativas do mercado irá certamente criar concorrência com produtos provenientes do mercado extracomunitário, potenciando perda de competitividade dos produtos europeus.

Quais são as principais preocupações dos olivicultores representados na APPITAD quanto aos meios disponíveis para controlar pragas e doenças e os desafios decorrentes das metas da Estratégia do Prado ao Prato?

As preocupações dos olivicultores transmontanos são as mesmas dos restantes olivicultores nacionais. Atendendo à especificidade do olival transmontano, na sua maioria, olival tradicional de sequeiro, com baixas produções e rentabilidade por hectare, a retirada de substâncias ativas é extremamente preocupante, sobretudo num cenário de alterações climáticas, que poderá potenciar o aparecimento de pragas e/ou doenças, para as quais não existam substâncias ativas disponíveis para o seu controlo.





«A retirada de ferramentas produtivas restringe o repto de aumentarmos a produção nacional de cereais»

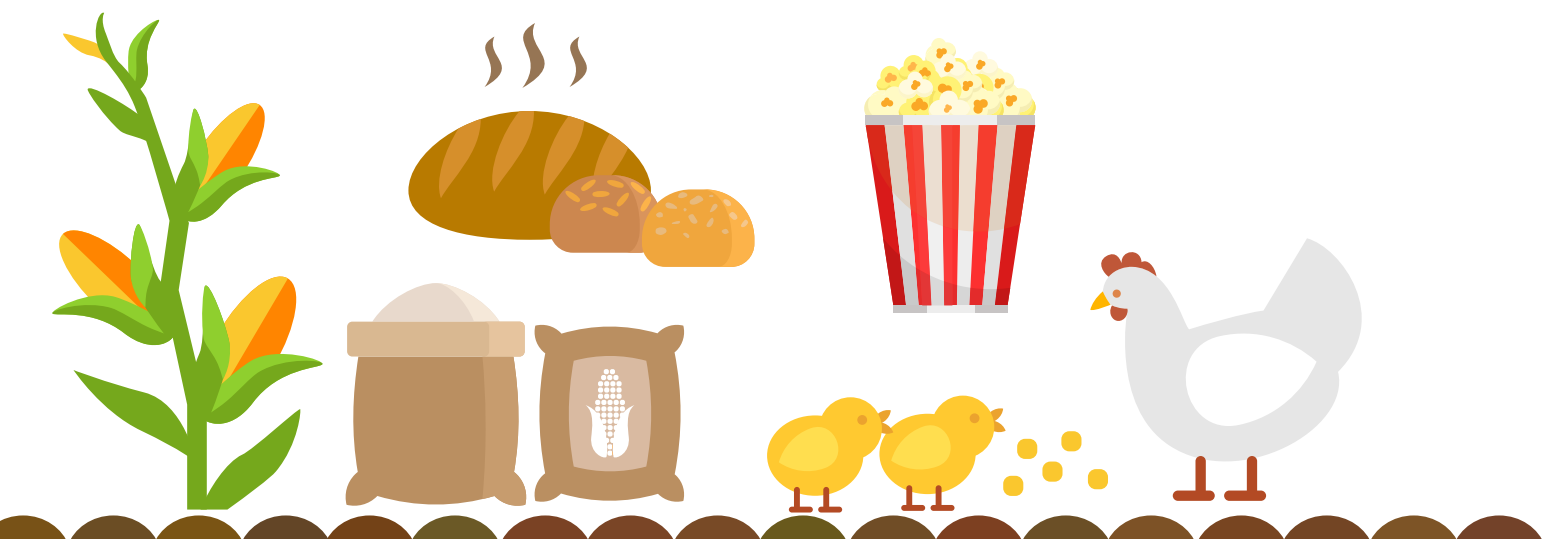
Jorge Neves, Presidente da ANPROMIS
Associação Nacional dos Produtores de Milho e Sorgo

Com que sentimento acolhe as conclusões deste estudo?

Os resultados deste estudo constituem para os produtores nacionais de milho uma grande preocupação. Efetivamente, a crescente retirada de substâncias ativas do mercado europeu coloca-nos sérias dificuldades de competitividade num mercado cada vez mais globalizado, no qual a concorrência face aos nossos congéneres de outras origens está cada vez mais comprometida. Numa altura em que o nosso país está a implementar uma Estratégia para a recuperação da área de cereais, a retirada de ferramentas produtivas revela-se muito penalizadora e restringe muito significativamente o repto que nos é lançado, de aumentarmos a produção nacional de cereais.

Quais são as principais preocupações dos produtores de milho quanto aos meios disponíveis para controlar pragas e doenças e os desafios decorrentes das metas da Estratégia do Prado ao Prato?

Os produtores nacionais de milho encontram-se, reconhecidamente, na vanguarda da inovação tecnológica. Estabelecer no âmbito da Estratégia do Prado ao Prato uma redução de aplicação dos produtos fitofarmacêuticos de 50%, revela-se um objetivo muito difícil de alcançar. Os produtores europeus estão disponíveis para utilizar os fatores de produção de uma forma mais racional, como aliás tem decorrido nos últimos anos no nosso país, mas as metas propostas têm de ser debatidas com os agricultores e não impostas sem qualquer articulação de estratégias. Os produtores de milho estão, como sempre estiveram, disponíveis para abraçar novos desafios quer sejam tecnológicos ou ambientais, mas é fundamental que os mesmos sejam debatidos com o setor, sob pena de nunca serem alcançáveis. Produzir mais com menos é o nosso desafio, mas dentro de limites que se considerem exequíveis.





«A UE exige produtos alimentares cada vez mais saudáveis, mas corre o risco de deixar de os ter à disposição»

Gonçalo Escudeiro, Vice-Presidente da FNOP- Federação Nacional das Organizações de Produtores

Com que sentimento acolhe as conclusões deste estudo? E porquê?

O estudo da ANIPLA tem de ser levado em linha de conta pelos governantes, que devem analisar as consequências de impacto económico apuradas, pois está em causa a Europa deixar de produzir produtos agrícolas estratégicos, tais como o tomate indústria.

A UE exige produtos alimentares cada vez mais saudáveis, mas corre o risco de deixar de os ter à disposição porque os agricultores europeus perdem competitividade face a outras geografias mundiais. Portugal pode orgulhar-se de estar entre os países da UE onde se trabalha com maior qualidade e com menos resíduos no tomate indústria. Será que queremos acabar com aquilo que à data de hoje é extraordinariamente bom? E passar a importar alimentos de origens onde o nível de qualidade alimentar é inferior?

Há outra questão incongruente no que se refere aos produtos alimentares transformados, caso do tomate indústria. Grande parte do tomate entregue nas indústrias de concentrado na UE tem praticamente resíduo zero, muito abaixo do que é estipulado por lei (LMR), no entanto, no momento da compra o consumidor não consegue escolher o produto pela origem, porque não é obrigatória a informação da origem no rótulo (das embalagens de polpa de tomate, tomate pelado, etc).

É absurdo que a UE obrigue os agricultores a investir em qualidade alimentar, mas não informe o consumidor sobre a origem dos produtos. A UE deve promover campanhas de informação sérias para o consumidor final. Esta luta deve ser travada de forma conjunta por associações de produtores e associações de consumidores.

Quais são as principais preocupações dos produtores de tomate indústria quanto aos meios disponíveis para controlar pragas e doenças e os desafios decorrentes das metas da Estratégia do Prado ao Prato?

Temos vindo a presenciar, de ano para ano, o aumento das populações de diversas pragas e a intensificação de doenças na cultura de tomate, cada vez mais difíceis de controlar e de diagnosticar precocemente.

Por outro lado, temos passado por anos de grandes oscilações meteorológicas (Invernos com pouca precipitação, Primaveras muito quentes e com fenómenos atípicos, Verões quentes e com noites frias) que descontrolam os ciclos biológicos das pragas e das doenças.

A par destas circunstâncias há a saída do mercado de cada vez maior número de alternativas ao combate de pragas/doenças e uma reduzida entrada de soluções com eficácia similar e que são frequentemente mais caras, afetando a rentabilidade da seara e exigindo maior número de aplicações na cultura para a manter sã, pois a persistência das substâncias ativas é cada vez menor.

Os produtores de tomate seguem as boas práticas agrícolas na proteção da cultura, fazem monitorização das pragas e doenças e têm em conta a estimativa de risco na tomada de decisão antes de cada tratamento. Com todas as rastreabilidades obrigatórias e o controlo altamente exigente dos níveis de resíduos no tomate, na origem e no destino, os consumidores têm a garantia de produtos de elevada qualidade e seguros.



«Alternativas pouco eficazes no controlo dos inimigos da vinha traduzem-se na necessidade de mais intervenções»

José Miguel Almeida, Presidente da ATEVA -Associação Técnica dos Viticultores do Alentejo

Com que sentimento acolhe as conclusões deste estudo?

Relativamente ao estudo em causa, onde se prevê que possa haver uma redução da margem bruta da cultura da vinha para vinho na região do Alentejo a rondar os 946€/ha, obviamente que só podemos acolher estas conclusões com preocupação. Tudo o que possa conduzir a uma redução da margem constitui uma ameaça à sustentabilidade económica da cultura, e não nos podemos esquecer que a produtividade média considerada para a região do Alentejo neste estudo (9.000 kg/ha) é bastante superior à produtividade média real.

Quais são as principais preocupações dos viticultores representados na ATEVA quanto aos meios disponíveis para controlar pragas e doenças e os desafios decorrentes das metas da Estratégia do Prado ao Prato?

A principal preocupação tem a ver com a falta de alternativas eficientes que possamos utilizar na estratégia de proteção da cultura. Curiosamente, as alternativas pouco eficazes no controlo dos inimigos da cultura traduzem-se na necessidade de mais intervenções, algo que tem igualmente um impacto negativo em termos ambientais...

Ao longo desta década serão certamente desenvolvidas novas moléculas que representem alternativas viáveis e seguras para o ambiente, para o aplicador e para o consumidor.





«A retirada de uma s.a. é contornada com mais aplicações de produtos menos eficazes, gerando o aumento das emissões de CO₂»

João Palhoça, Presidente da AVIPE- Associação de Viticultores do Concelho de Palmela

Com que sentimento acolhe as conclusões deste estudo?

O estudo demonstra uma evidência de já alguns anos, o decréscimo da rentabilidade da atividade. E analisando o estudo, desta vez dá-se um enorme salto nessa evidência. A viticultura na região beneficia de algumas vantagens face a outras regiões, pela natureza do seu clima, orografia e dimensão média das explorações. No entanto, tem algumas desvantagens, principalmente a questão do baixo preço das uvas pagas ao produtor. O aumento dos custos de produção deveria de passar para o patamar seguinte da cadeia de valor. Porém, o que se verifica é que o último patamar da cadeia – o consumidor –, cada vez mais exige bons vinhos, a um preço o mais baixo possível. O aumento dos custos de produção acaba por ser totalmente suportado pelo agricultor, com reflexo na sua rentabilidade. Isto explica a média de idade dos agricultores, o pouco interesse dos jovens na agricultura, e o cada vez mais evidente abandono das zonas rurais e interior do país. E se por um lado se ataca a monocultura e a agricultura intensiva, por outro lado, não se dá a possibilidade de a pequena agricultura, não intensiva, ser rentável.

Quais são as principais preocupações dos viticultores representados na AVIPE quanto aos meios disponíveis para controlar pragas e doenças e os desafios decorrentes das metas da Estratégia do Prado ao Prato?

Do meu ponto de vista, é demasiado arbitrária a redução de 50% do uso de fitofármacos na Europa, pois não tem em consideração as especificidades das culturas que cada Estado-membro tradicionalmente produz. Por exemplo, a cultura do tomate não tem as mesmas exigências que a cultura do trigo. Outra consideração não tida em conta, é que dentro da mesma cultura, o uso de fitofármacos não é igual. Explicando, por exemplo na vinha, países com climas com maior risco de doenças fúngicas, mais a norte, têm uma exigência de número de tratamentos muito maior do que países como Portugal, Grécia ou Es-

panha. Portanto, no primeiro caso, a redução pode significar passar de 12 – 16 tratamentos anuais para seis a oito tratamentos, e no nosso caso, passar de seis tratamentos para três tratamentos.

Em relação à redução das substâncias ativas disponíveis, o pressuposto está errado. Concordo que se deve retirar substâncias com demonstrado risco para o ambiente, mas dever-se-ia ter em conta pelo menos estes dois pontos: – “Existem substâncias menos nocivas que as substituam com equivalente grau de eficácia?” e “Dentro de uma estratégia de redução do risco de resistência das pragas e doenças, essa retirada de substância aumenta ou não esse risco?”. O que se tem verificado é que a retirada de uma s.a., implica a repetição de produtos, sendo que a ineficácia de algumas s.a. é contornada com mais aplicações com resultados insatisfatórios e duvidosos (caso do controlo da cigarrinha verde e *scaphoideus titanus*), e com o conseqüente aumento das emissões de CO₂ pela maior frequência de tratamentos. Para além disso, reduzir as soluções, poderá ter outras implicações, como as contaminações de cobre no solo.

A agricultura depende da boa saúde do ambiente e solos, e como tal, o principal interessado em proteger ambos é quem depende deles para viver e subsistir – o agricultor. O uso de fitofármacos constitui um custo para qualquer exploração, pelo que o seu uso se deve à sua extrema importância para a rentabilidade final das culturas. E se queremos alimentar uma população mundial em crescimento, sem ter de expandir a área agrícola, teremos de produzir mais por cada unidade de área. E produzir a um preço que qualquer pessoa possa pagar, e não apenas alguns. Julgo que existe ainda o problema de uma boa parte dos agricultores ter um conceito básico das boas práticas da Produção Integrada, pelo que não são compreendidas e aplicadas nas suas explorações. A formação dos agricultores deveria ser a principal linha de ataque ao problema.



«Se vamos onerar mais o processo produtivo, sem um racional técnico, garantidamente que colocamos em risco a produção de pera Rocha»

Domingos dos Santos, Presidente da ANP - Associação Nacional de Produtores de Pera Rocha

Com que sentimento acolhe as conclusões deste estudo?

Com um sentimento de grande preocupação e revolta. Preocupação porque sendo a pera Rocha um fruto de referência da produção nacional, muito apreciado pelos consumidores nacionais e internacionais, tem vindo ao longo dos anos a sofrer com decisões políticas, exemplo do embargo da federação russa aos hortofrutícolas da UE ou a retirada de produtos fitofarmacêuticos por decisão política e não técnica.

A rentabilidade da pera Rocha está em valores muito baixos, não está a libertar margem para que se possa baixar a produtividade e aumentar os custos de produção e, ao mesmo tempo, sofre grandes ameaças fitossanitárias, pelo que se vamos onerar mais o processo produtivo, sem um racional técnico, garantidamente que colocamos em risco a produção de pera Rocha.

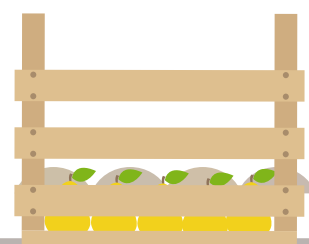
De revolta, pois ao longo da história a Ciência tem feito o seu percurso de sucesso e todos os indicadores da qualidade de vida das pessoas têm vindo a melhorar, mas atualmente colocamos em causa a Ciência com decisões políticas populistas, cujo único objetivo é ganhar votos sem falar a verdade.

Quais são as principais preocupações dos produtores de pera Rocha quanto aos meios disponíveis para controlar pragas e doenças e os desafios decorrentes das metas da Estratégia do Prado ao Prato?

Se analisarmos como produzíamos há uns anos e como produzimos atualmente, é visível uma evolução significativa, ou seja, a mudança tem vindo a acontecer graças a mais conhecimento e tecnologia. No discurso dos políticos parece que agora vamos mudar tudo, não é verdade, os produtores têm feito o seu caminho, evoluindo.

Não se pode pedir aos produtores que produzam sem ferramentas, pois sem elas vão deixar de o fazer e vamos importar mais alimentos, produzidos noutras geografias, com menos regras ambientais, com menos segurança alimentar e com uma pegada ambiental superior, promovendo o abandono de grande parte do nosso território e a desertificação de áreas com potencial para a produção agrícola.

A estratégia do Prado ao Prato é um desafio para os produtores, mais fácil de implementar nalgumas regiões e para alguns produtos, é a sequência do que se tem vindo a fazer, mas também é um desafio para os decisores políticos da UE. A pergunta que devemos fazer é: queremos ter produção de qualidade e agricultores motivados ou acabar com uma parte da produção da UE e substituir as nossas frutas por frutas importada de outras regiões? ●





Fito_Global

Alimentos consumidos na UE são seguros

O mais recente Relatório sobre Resíduos de Produtos Fitofarmacêuticos em Alimentos confirma elevados padrões de segurança alimentar na União Europeia. Num total de perto de 100.000 amostras de alimentos analisados 96,1% cumpre os limites legais.

O relatório da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA), divulgado no passado mês de Abril, revela que 96,1% dos alimentos na UE cumpre os limites legais de resíduos de produtos fitofarmacêuticos.

Os dados reportam aos resultados de análises realizadas a 96.302 amostras de alimentos, em 2019, e confirmam elevados padrões de segurança alimentar nos países da União. Esta marca é superada quando considerados os resultados do programa de controlo coordenado plurianual da União (PCUE), segundo o qual 98% dos alimentos da UE cumprem os LMR (Limites Máximos de Resíduos).

No âmbito do PCUE são analisadas cestas alimentares semelhantes a cada três anos, com o intuito de avaliar a evolução dos níveis de resíduos em determinados produtos: maçãs, couves, alfaces, pêssegos, espinafres, morangos, tomates, aveia em grão, cevada em grão, vinho (tinto e branco), leite de vaca e gordura de porco. Em 2019 foram analisadas 12.579 amostras, concluindo-se que:

- 53% estavam isentas de resíduos (em níveis quantificáveis).
- 45% continham 1 ou mais resíduos em concentrações abaixo dos LMR.
- 2% continham níveis de resíduos acima dos LMR.

Em comparação com o relatório anterior, relativo a 2016, verificou-se uma diminuição da percentagem de amostras acima dos LMR em pêssegos, alfaces, maçãs e tomates. Inversamente, a percentagem de amostras acima dos limites legais aumentou no caso dos morangos, couves, uvas e gordura de porco. Tal como em 2016, no leite de vaca nenhuma amostra ultrapassou os LMR.

Além dos dados harmonizados comparáveis recolhidos no âmbito do PCUE, o relatório anual da ESFA também integra dados resultantes das atividades de fiscalização à escala nacional, realizada pelos Estados-Membros da UE, da Noruega e Islândia. Por este motivo, existem duas escalas de amostras distintas.

Segundo a avaliação de risco alimentar realizada pela EFSA com base nos resultados das análises «é pouco provável que os produtos alimentares analisados em 2019 representem um problema para a saúde dos consumidores», ainda assim a autoridade europeia fez algumas recomendações para aumentar a eficácia dos sistemas de controlo europeu com vista a um elevado nível de proteção dos consumidores.

98%

dos alimentos na UE cumprem os limites legais de resíduos

53%

dos alimentos na UE não apresentam resíduos



In_Anipla

IV Jornadas Anipla Homologação de Produtos Fitofarmacêuticos

Os sistemas de precisão, a investigação, a transferência de conhecimento para os agricultores e a maior coesão na defesa do papel da Ciência são os caminhos para um sistema alimentar sustentável em Portugal e na Europa.

«Sem agricultura não há paisagens, não há cenários românticos, não há plantas, não há vida»,

Felisbela Campos, Presidente da ANIPLA

Realizou-se no dia 12 de maio a quarta edição das Jornadas de Homologação da ANIPLA, com 170 participantes em formato online. Esta iniciativa reúne anualmente representantes da indústria, produtores e entidades reguladoras e legisladoras para um debate sobre homologação de produtos fitofarmacêuticos e temas de atualidade do setor. Este ano as jornadas foram dedicadas ao tema das novas tecnologias na produção agrícola e na proteção fitossanitária das culturas.

A Presidente da ANIPLA, Felisbela Campos, abriu a sessão alertando que *«é urgente lutar contra campanhas depreciativas à volta da agricultura, na sua maioria sem fundamento científico, que quebram a confiança do consumidor no processo produtivo»* e reconheceu que *«o Pacto Ecológico Europeu é uma enorme oportunidade para defender o papel do setor, a sua missão, e reforçar a importância de proteger e assegurar a sanidade das plantas como o único caminho para alimentar e garantir a saúde de uma população em forte crescimento. Sem agricultura não há paisagens, não há cenários românticos, não há plantas, não há vida. É um contínuo de não existência. Dramático, mas real»*, concluiu.

O sistema agroalimentar português

O segundo orador, Bruno Dimas, Subdiretor Geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) do Ministério da Agricultura, começou por enquadrar os participantes quanto à sustentabilidade do sistema alimentar português no quadro europeu, indicando que apesar dos 7,6 mil milhões de euros que resultam da produção agrícola em Portugal, *«o nosso país apresenta um défice agroalimentar de 3 a 4 mil milhões de euros (entre 2019-2020), por oposição a um cenário de excedente no quadro da UE»*, tendo ainda destacado que ao nível da agricultura biológica *«Portugal está alinhado com a média da UE, tendo cerca de 8% das terras agrícolas em modo de produção biológico»*.

No que toca ao uso de produtos fitofarmacêuticos, o responsável do GPP indicou que *«no que se refere ao indicador de risco harmonizado verificou-se uma redução de 34% em Portugal, ao passo que na UE essa redução foi de apenas 17% (2011-2018)»*.

Estratégia do Prado ao Prato – ameaças e oportunidades

Bruno Dimas apresentou um resumo das recomendações da Comissão Europeia a Portugal no âmbito da Estratégia do Prado ao Prato (F2F), considerando que quanto às metas definidas pela UE a principal ameaça é que estas têm *«uma perspetiva burocrática e desligada dos objetivos interligados de sustentabilidade económica, ambiental, social e territorial dos sistemas alimentares»*. Do lado das oportunidades, destacou a *«gestão ativa do território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável»* e o *«equilíbrio entre a necessidade de produzir e a contribuição para os objetivos ambientais e para a gestão das zonas rurais»*.


O salto tecnológico no processo de avaliação

Paulo Lourenço, Vice-Presidente da ANIPLA, chamou a atenção para a necessidade de se aplicar a tecnologia não só na proteção das plantas, como também no processo de avaliação de substâncias ativas a nível europeu.

«Se queremos devolver a terra à natureza, para que esta se regenere, não podemos retroceder cegamente para sistemas de produção extensivos», começou por referir. Isto numa conjuntura em que investigações e meta análises apontam para um movimento gradual e expressivo de pragas em latitude, como consequência das alterações climáticas, capazes de atingir uma maior extensão geográfica e de provocar enormes prejuízos económicos.

A título de exemplo referiu que a *Xylella fastidiosa*, bactéria que já causou estragos avultados nos olivais italianos, pode, num cenário de propagação a toda a União Europeia, representar 5,5 mil milhões de euros de prejuízos numa das culturas mais emblemáticas do Sul da Europa.

«A tecnologia que deriva da investigação e desenvolvimento de substâncias ativas é usada pelos agricultores, através dos produtos fitofarmacêuticos, a dita Agricultura de Precisão, contudo há um hiato a nível regulamentar. No processo europeu de avaliação das substâncias ativas não é tido em consideração o salto quântico tecnológico a que assistimos nos últimos anos e esta realidade tem de mudar em benefício da sustentabilidade da agricultura europeia», defendeu Paulo Lourenço.

A man wearing glasses and a white t-shirt with dark overalls is standing in a golden wheat field at sunset. He is holding a tablet computer and looking at it. In the background, a large metal irrigation system (center pivot) is visible against the sky. The sun is low on the horizon, creating a warm, golden glow.

«As organizações de produtores têm um importante papel em disponibilizar tecnologias e formar os seus produtores em Agricultura de Precisão»,

Ricardo Braga, ISA

Produtores de frutos secos temem perder competitividade

Durante uma manhã de partilha entre profissionais, técnicos e indústria, foram ainda abordadas algumas das principais preocupações dos produtores, este ano representados por João Roseiro, da Portugal NUTS-Associação de Produtores de Frutos Secos, que representa 5.750 hectares de pomares de amêndoas e nogueiras e 30 produtores.

Em sua opinião, o mais importante é «*coordenar esforços entre a academia, o setor produtivo e a indústria fitofarmacêutica no sentido de identificar soluções ainda mais eficientes para o combate às pragas e doenças, que afetam não só a cultura dos frutos secos, mas também muitas outras cujas perdas representam enormes prejuízos. É prioritário definir processos sustentáveis e eficazes de proteção das*

plantas, consciencializar as entidades públicas para a necessidade de disponibilizar aos produtores nacionais meios de proteção de culturas através da homologação de substâncias ativas e ainda formar tecnicamente e consciencializar todos os profissionais do setor para as boas práticas», uma mensagem que a ANIPLA subscreve inteiramente.

O responsável da Portugal NUTS apresentou uma análise comparativa do número de substâncias ativas homologadas em três países produtores de amêndoa – Portugal (20), Espanha (26) e EUA (49) – e quatro países produtores de noz – Portugal (22), Espanha (27), EUA (53) e Chile (34) -, concluindo que Portugal está em desvantagem competitiva face a estes mercados concorrentes, onde os agricultores dispõem de maior número de meios para controlar as pragas e as doenças comparativamente aos agricultores portugueses.

«No processo europeu de avaliação das substâncias ativas não é tido em consideração o salto quântico tecnológico a que assistimos nos últimos anos»

Paulo Lourenço, Vice-Presidente da ANIPLA

Agricultura de Precisão melhora eficiência dos recursos

Ricardo Braga, Professor do Instituto Superior de Agronomia, realçou a importância da Agricultura de Precisão e da digitalização para uma proteção das culturas mais eficiente. Na opinião deste especialista, «*não sendo a única solução, a agricultura de precisão é uma estratégia de gestão que combina uma série de variáveis e ajuda a melhorar a eficiência dos recursos, a aumentar a produtividade e a sustentabilidade da produção agropecuária*». Algumas das tecnologias digitais e de precisão que ajudam à gestão integrada da exploração agrícola na área da fitossanidade são as armadilhas digitais automáticas para detetar e identificar pragas; o mapeamento de infestantes e a aplicação diferenciada de herbicidas, através de sensores óticos instalados nas barras dos pulverizadores; a aplicação diferenciada de fungicidas e inseticidas ajustada ao volume de copa das árvores (em pomares), entre outras enumeradas por Ricardo Braga. «*As organizações de produtores têm um importante papel em disponibilizar estas tecnologias aos seus produtores e para a sua utilização é fundamental capacitar os técnicos e os agricultores*», alertou.

307 substâncias ativas autorizadas em Portugal

Ana Bárbara Oliveira, Diretora de Serviços de Meios de Defesa Sanitária da DGAV, reforçou na sua comunicação que «*há ainda um trabalho muito importante a fazer na aprovação de substâncias*

ativas na União Europeia: até maio de 2021 temos aprovadas 464 substâncias, face a 908 não aprovadas, o que reflete algumas das medidas sugeridas na estratégia do Prado ao Prato e para as quais a discussão e o debate são ainda essenciais», afirmou.

Quanto ao mercado nacional, esta responsável da DGAV informou que existiam em maio deste ano 307 substâncias ativas homologadas e 1.488 produtos fitofarmacêuticos autorizados, dos quais 10% são biopesticidas e produtos com substâncias ativas de baixo risco e 13% produtos com substâncias candidatas a substituição.


Ana Bárbara Oliveira encerrou a quarta edição das Jornadas, realçando que «*estamos a viver uma mudança de paradigma iminente que nos volta a todos novamente de frente para o crucial papel da ciência, que é a base de uma linha condutora que nos guia em toda esta jornada: a mudança. Aquilo que conhecemos como agricultura convencional está a mudar e dentro de pouco tempo é um termo que cairá em desuso, porque caminhamos a passos cada vez mais largos para um modelo de agricultura holístico, que responde a desafios crescentes e constantes. A sabedoria e o sucesso deste caminho serão tanto maiores quanto mais formos capazes de integrar num mesmo sistema a ciência, a tecnologia, o apoio financeiro e todas as ferramentas que temos à nossa disposição, ao serviço de uma realidade agrícola mais competente, sustentável e suficiente*».



«Caminhamos a passos largos para um modelo de agricultura holístico»

Ana Bárbara Oliveira, Diretora de Serviços de Meios de Defesa Sanitária da DGAV



A close-up photograph of two bees on a sunflower. The bees are positioned on the central disk of the flower, surrounded by numerous yellow petals. The background is a clear blue sky with a few wispy clouds. The overall scene is bright and natural, emphasizing the role of bees in agriculture.

A biodiversidade é uma questão urgente e importante na agricultura

A CropLife Europe, associação que representa a indústria fitofarmacêutica europeia, assumiu uma posição pública sobre o relatório ENVI acerca da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030. No documento, divulgado no passado mês de janeiro, a Indústria assume que está totalmente comprometida em desempenhar a sua parte no apoio à conservação e em ajudar os agricultores com a regeneração e o aprimoramento da biodiversidade em paisagens agrícolas e não agrícolas.

Resumimos aqui os pontos-chave da [posição da indústria fitofarmacêutica europeia](#) na qual a ANIPLA se revê integralmente:

- A indústria fitofarmacêutica europeia apoia o apelo do relatório para enfrentar os cinco principais fatores de mudança na natureza.
- A CropLife Europe e a Anipla acreditam fortemente que a inovação é uma parte fundamental da solução para combater o declínio da biodiversidade.
- A CropLife Europe e as suas associadas comprometem-se a investir mais de 14 mil milhões de euros em novas tecnologias e produtos mais sustentáveis até 2030 para apoiar o Pacto Ecológico Europeu.
- Trazer a inovação ao mercado requer um ambiente regulatório propício e incentivos. Por exemplo, medidas como a Política Agrícola Comum poderiam facilitar a adoção de tecnologias de agricultura digital para apoiar os agricultores na otimização da sua tomada de decisão e uso da proteção integrada na produção agrícola.
- A UE poderia fazer mais para permitir tecnologias como biopesticidas, ferramentas de aplicação de precisão e técnicas inovadoras de melhoramento vegetal.
- Para estabelecer metas realistas, significativas e baseadas em evidências, saudamos uma avaliação abrangente de impacto de todas as metas propostas nas estratégias do Prado ao Prato e da Biodiversidade, antes de qualquer legislação ser aprovada.
- Apoiamos o objetivo de aumentar a produção biológica, desde que não conduza a alterações não intencionais de uso de terra noutras partes do mundo, o que pode ter efeitos prejudiciais para a biodiversidade e o clima.

ANIPLA considera que o PRR tem uma ambição bastante limitada para a agricultura

No passado mês março, a ANIPLA assumiu posição sobre as prioridades agrícolas definidas no PRR-Plano de Recuperação e Resiliência, documento que a essa data se encontrava em consulta pública. Agora que o PRR foi apresentado ao país e aprovado pela Comissão Europeia, a ANIPLA mantém a sua posição inicial, considerando que o PRR tem uma ambição bastante limitada no que respeita ao setor agrícola.

A ANIPLA considera ser fundamental concretizar medidas que acompanhem a necessidade de investimento no setor agrícola, que permitam a continuidade e viabilização da atividade agrícola empresarial e não apenas investimentos pontuais «orientados para a investigação e conhecimento que permitam fazer face à mudança de paradigma», como referido em entrevista ao Diário de Notícias, pela senhora Ministra da Agricultura, em janeiro passado.

A ANIPLA defende que para reforçar a modernização e competitividade da agricultura nacional e dos agricultores portugueses é necessário apostar em:

- Medidas que apoiem a criação de emprego e a fixação nos meios rurais;
- Medidas específicas que apoiem os agricultores na mitigação do efeito das alterações climáticas, particularmente na gestão da água e preservação dos solos e da biodiversidade nas explorações;
- Medidas concretas que promovam o investimento em ciência e tecnologia digital;
- Medidas concretas que reforcem a formação para capacitar e profissionalizar os agricultores na utilização de ferramentas inovadoras e tecnológicas;

O PRR português, que prevê projetos de 16,6 mil milhões de euros, dos quais 13,9 mil milhões de euros dizem respeito a subvenções a fundo perdido, foi aprovado a 13 de julho pela Comissão Europeia. ●



ANIPLA assinalou o Dia Internacional das Mulheres e Raparigas na Ciência

No Dia Internacional das Mulheres e Raparigas na Ciência, que se assinala a 11 de fevereiro, a ANIPLA celebrou o papel vital das mulheres cientistas, unindo-se à campanha de comunicação [#Female Food Heroes](#) da CropLife Europe, que deu a conhecer os desafios e experiências de 50 mulheres que dedicam as suas vidas à Ciência da Proteção das Plantas, à agricultura e à indústria alimentar.

Em todo o mundo, as mulheres estão projetando, cultivando e adaptando novas tecnologias na indústria da Ciência das Plantas. Muitas dessas mulheres estão na linha de frente, lutando contra questões-

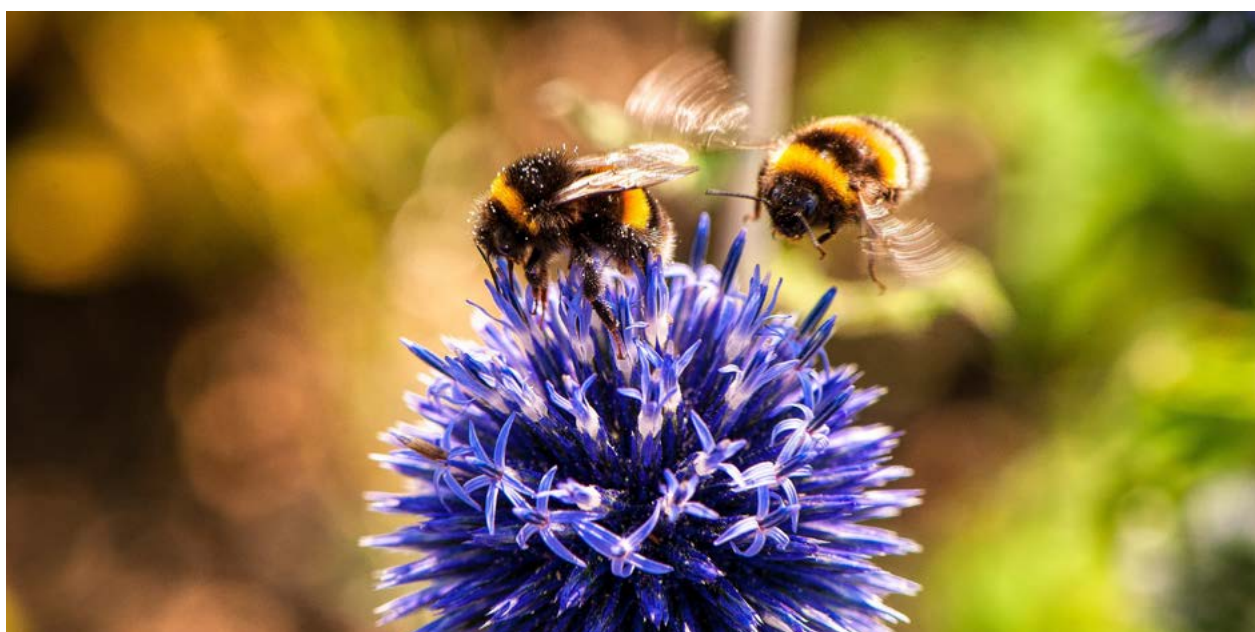
-chave como as mudanças climáticas e a fome global. Dentro do laboratório ou fora dele, no campo, as mulheres na agricultura estão enfrentando desafios semelhantes, independentemente de onde vivem. Amplificar as vozes das mulheres cientistas de plantas é um passo fundamental para garantir que o setor seja inclusivo.

À medida que olhamos para o futuro, verificamos o quão é importante continuar a educar e construir a próxima geração de mulheres na Ciência das Plantas. Universidades e organizações estão a mobilizar-se para que mais raparigas e mulheres se interessem em seguir carreiras nas áreas da Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática e Agricultura.



No Dia Mundial da Terra a ANIPLA partilhou mensagem do Secretário-Geral da ONU

No Dia Mundial da Terra, que se celebra a 22 de abril, a ANIPLA partilhou nas redes sociais a mensagem de António Guterres, Secretário-Geral da ONU: “É hora de agir pelo clima, pelas pessoas e pelo planeta”. Este foi o título do [artigo de opinião](#) publicado pelo responsável máximo das Nações Unidas no semanário Expresso. ●



Relação entre polinizadores e agricultura é uma das mais vitais do planeta

A 20 de maio, Dia Mundial da Abelha, a ANIPLA recordou a importância de uma das relações mais vitais do planeta – entre agricultura e polinizadores. Muitas das culturas em que confiamos para alimentar a população em crescimento seriam impossíveis de produzir sem polinizadores, tornando-os cruciais para nossos sistemas alimentares.

Assim, técnicas agrícolas que apoiam polinizadores e seus habitats, como a Produção Integrada, podem desempenhar um papel fundamental na garantia da sustentabilidade da nossa produção de alimen-

tos, recordou a ANIPLA. Essas mesmas técnicas ajudam a responder aos desafios que os polinizadores enfrentam, desde a perda de habitat, até aos impactos das mudanças climáticas, novas doenças e pragas.

A Smart Farm da ANIPLA é um dos exemplos da forma como os agricultores promovem e cuidam da importante relação com os polinizadores. O tema da proteção e promoção da biodiversidade é uma componente fundamental neste quinta modelo onde, através de exemplos práticos, é possível formar e informar os visitantes acerca das estratégias relacionadas com a Produção Integrada, com a utilização de culturas de cobertura de solo e margens

multifuncionais, que servem de abrigo e alimento a organismos auxiliares e protegem o solo; bem como sobre as boas práticas de integração do uso de produtos fitofarmacêuticos, de modo a não serem prejudiciais para a fauna e flora presente na exploração.

Respeitar a (bio)diversidade na Europa

A ANIPLA assinalou o Dia Mundial da Biodiversidade, 22 de maio, com uma posição pública onde fez notar que a biodiversidade é um bem precioso para o equilíbrio dos ecossistemas naturais e reveste-se de grande importância económica para a humanidade a nível da produção de alimentos e no controlo de doenças das plantas.

Neste contexto recordou as metas estabelecidas no Pacto Ecológico Europeu, proposto pela Comissão Europeia, para redução da poluição do ar, da água e do solo, onde se integra o objetivo de reduzir em 50% o uso de produtos fitofarmacêuticos de síntese até 2030. No entanto, estas estratégias políticas consideradas “profundamente transformadoras”, não trazem nada de (positivamente) novo para o setor agrícola, já que há muito que os agricultores e demais agentes agrícolas são os principais defensores da biodiversidade, essencial para o sucesso da agricultura.

A ANIPLA considera que é necessária uma abordagem verdadeiramente holística que incorpore e equilibre diferentes elementos em função da região do globo, já que falar de biodiversidade é ter a capacidade de olhar para o todo e não só para a parte. Não se pode falar de biodiversidade sem entender a agricultura como um promotor desse mesmo desígnio. O aumento da sustentabilidade agrícola deve centrar-se no desempenho agrícola e não no modelo agrícola. Temos de apoiar todos os agricultores, sejam grandes ou pequenos, para satisfazer as exigências dos consumidores de uma produção alimentar sustentável, protegendo e utilizando menos recursos naturais, limitados da Terra.

As práticas agrícolas, as ferramentas utilizadas e as necessidades inerentes ao tipo de culturas e tipo de clima em cada país/região, ditam a necessidade de adaptar metas, até porque os países que integram a UE não são todos iguais, mais ainda quando falamos de agricultura e da sua envolvência. Os países da orla mediterrânea, nomeadamente Portugal, por exemplo, são os mais expostos às consequências das alterações climáticas e dos mais suscetíveis ao aparecimento de novas doenças, pragas e infestantes.

Ora, toda esta diversidade pressupõe diferentes soluções que assegurem que a produtividade não fique comprometida, sendo por isso necessária uma estratégia que contemple esta preocupação – necessidades de cada país, em simultâneo com a preservação da natureza, segurança alimentar, sustentabilidade e biodiversidade.

O futuro depende de um esforço conjunto entre todos. Respeitando a (bio)diversidade na Europa. ●

No Dia Mundial da Abelha, a ANIPLA juntou-se ao apelo da Organização das Nações Unidas para a cooperação e solidariedade globais com vista a enfrentar as ameaças representadas pela pandemia COVID-19 à segurança alimentar e aos meios de subsistência agrícolas, ao mesmo tempo que dá prioridade à regeneração ambiental e à proteção dos polinizadores. ●



Sondagem aos Europeus acerca da Produção de Alimentos

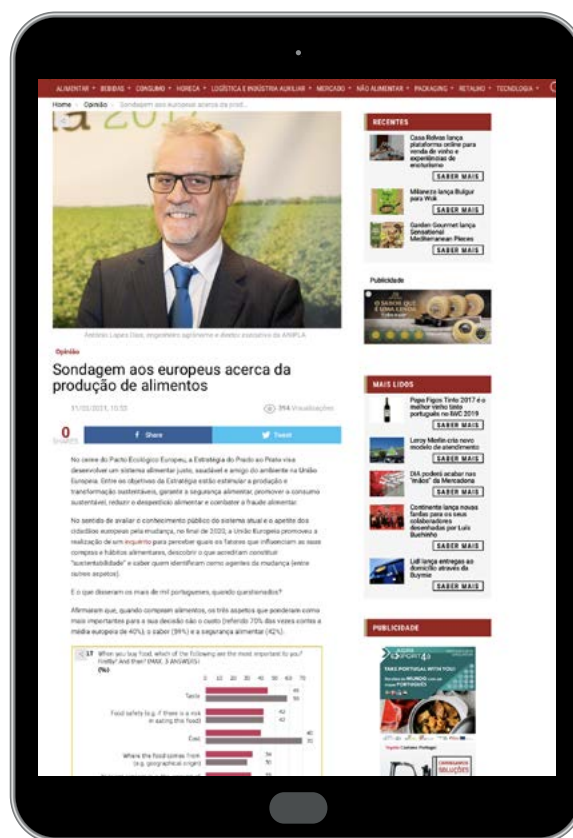
O Diretor-Executivo da ANIPLA, António Lopes Dias, assinou um [artigo de opinião](#) na revista “Grande Consumo” no qual realçou as principais conclusões de um inquérito realizado pela Comissão Europeia em 2020, intitulado “Making our food fit for the future – Citizens’ expectations”, para perceber quais os fatores que influenciam as compras e hábitos alimentares dos cidadãos europeus, descobrir o que acreditam constituir “sustentabilidade” e saber quem identificam como agentes da mudança.

Dos 1000 portugueses inquiridos apurou-se que são altamente sensíveis ao custo da alimentação, ainda que não queiram abdicar dos aspetos qualitativos e nutricionais. Se em paralelo considerarmos que de acordo com informação recente divulgada pela Rede Rural Nacional, a balança comercial do complexo-agroalimentar de 2019 apresentou um défice de 4.000 milhões de euros e que, segundo estudos feitos por especialistas Portugueses a conversão de 25% da área agrícola da UE para modo de produção biológico até 2030, proposta pela Comissão no âmbito da “Estratégia do Prado para o Prato”, provocará em Portugal um aumento significativo das importações (e consequentemente do custo e pegada ecológica dos produtos), percebemos que o risco do aumento do custo da alimentação em Portugal é enorme, escreve António Lopes Dias.

Note-se que 77% dos inquiridos disse reconhecer que a alteração dos padrões de produção para modelos (ditos) mais sustentáveis pode provocar um aumento dos preços dos alimentos. Curiosamente em momento algum do inquérito é perguntado se concordam com esse caminho.

O que deve então ser feito para ir ao encontro das expectativas dos Portugueses?

O Diretor-Executivo da ANIPLA responde que sendo os produtores agrícolas percebidos como os principais agentes para a mudança que se entende necessária, devemos concentrarmo-nos em apoiar



o desenvolvimento da eficiência produtiva.

É absolutamente urgente que os Portugueses compreendam que é pela criação de medidas que incentivem a adoção de boas práticas e novas tecnologias, que se consegue dar resposta aos desafios que a Europa enfrenta para a construção de uma alimentação sustentável, saudável, de qualidade, respeitadora do ambiente e capaz de alimentar uma população em crescimento.

É sim através da compreensão das especificidades e realidade de cada país, procurando ponderar as suas diferentes idiossincrasias, apoiando os agricultores para que possam ser mais eficazes e eficientes nos seus modelos para que consigam, com a mesma área de produção agrícola disponível fazer mais e melhores alimentos, saborosos, seguros e com menor pegada ecológica. Tudo isto, a um custo aceitável. ●

PERDA DE
332 M€ / ANO
DE RENDIMENTO
PARA A AGRICULTURA NACIONAL *



anipla.pt

anipla